

História do Brasil, de Frei Vicente do Salvador, que é nosso primeiro historiador. Sua *História do Brasil*, inédita durante mais de dois séculos, foi pela primeira vez publicada em 1889, pela Biblioteca Nacional, segundo informa a introdução de Capistrano de Abreu. Este volume tem informações importantes de cunho historiográfico, além de dados sobre a nova terra portuguesa nas Américas. Há também opiniões ousadas como, por exemplo, afirmar que os colonos deviam aventurar-se pelo interior do Brasil, avançar para o oeste, “sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitaram delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos”.

A *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, abrange o período desde o descobrimento e chega até a época do governo de Diogo Luís de Oliveira.

História do Brasil, de Robert Southey. O autor é um dos grandes poetas ingleses do romantismo junto com seus cunhados Coleridge e Lovell. Ao mesmo tempo também é um dos grandes historiadores de sua época. A primeira edição desta obra apareceu, em inglês, entre os anos de 1810 a 1817. E, por fim, em 1862, a Livraria Garnier, lança a primeira edição brasileira, em 6 volumes. Southey valeu-se das pesquisas de documentos do nosso passado colonial feitas na Torre do Tombo e ainda aproveitou estudos do seu tio Herbert Hill, que pesquisou durante trinta anos em Portugal e ofereceu ao sobrinho acesso a documentos fundamentais da nossa História. É a primeira História do Brasil a cobrir período tão extenso e aprofundar os estudos dos séculos anteriores.

Wolfgang Baldus

OS SELOS POSTAIS DA REPÚBLICA DO CUNANI





Selos Postais da República do Cunani

.....
Edições do Senado Federal – Vol. 267

OS SELOS POSTAIS DA REPÚBLICA DA GUIANA INDEPENDENTE

REPÚBLICA DO CUNANI
NATIVOS DA AMAZÔNIA

Tradução de

Ana Luíza Barros de Almeida, Ana Paula Brandão do
Amaral, Felipe Goulart Tomasi, Iana Maria Andrade da Mata e Lorena

Wolfgang Baldus



Brasília – 2019

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL
Vol. 267

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país, e também obras da história mundial.

Organização e Revisão: Joaquim Campelo Marques
Edição eletrônica: Cintia Barbosa dos Santos,
Cinthia Mendes Batista de Sousa e
Renata Gomes Chilano Decaro

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto

© Senado Federal, 2019

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900 – Brasília – DF

cedit@senado.gov.br

<http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm>

ISBN: 978-85-528-0039-2

.....

Baldus, Wolfgang.

Os selos postais da República da Guiana Independente : República do Cunani : nativos da Amazônia / tradução de Ana Luíza Barros de Almeida ... [et al.]. -- Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2019.

118 p. : il., gravs. -- (Edições do Senado Federal ; v. 267)

1. Fronteiras, história, Brasil, Guiana Francesa. 2. Limites, Brasil, Guiana Francesa. 3. Selo postal, República de Cunani. 4. República de Cunani, história, séc. XIX. 5. Amapá, história, séc. XIX. I. Título. II. Série.

CDD 320.12

.....

Já lançados

Livreto Nº 1: *The postage stamps of the Principaly of Trinidad* (2003) [Os selos postais do Principado de Trinidad]

Livreto Nº 2: *The postage stamps of the Independent State of Acre* (2004) [Selos postais do Estado Independente do Acre]



Tradução de ANA LUÍZA BARROS DE ALMEIDA, ANA PAULA BRANDÃO DO AMARAL, FELIPE GOULART TOMASI, IANA MARI ANDRADE DA MATA E LORENA MELO RABELO

Revisão de Istvan Vajda

Serviço de Tradução: SIDOC, Senado Federal.

Em: abril de 2013.

Publicado em 2004. Todos os direitos reservados.

Wolfgang Baldus

Disponíveis do autor:

Wolfgang Baldus, Heilwigstr. 85, 81827 Munique, Alemanha.

E-mail: artworkbaldus@csi.com

artworkbaldus@smp-minuch.de

Mesa Diretora

Biênio 2019/2020

Senador Davi Alcolumbre
Presidente

Senador Antonio Anastasia
1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins
2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão
1º Secretário

Senador Eduardo Gomes
2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro
3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze
4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senador Marcos do Val
Senador Jaques Wagner

Senador Weverton Rocha
Senadora Leila Barros

Conselho Editorial

Randolfé Rodrigues
Presidente

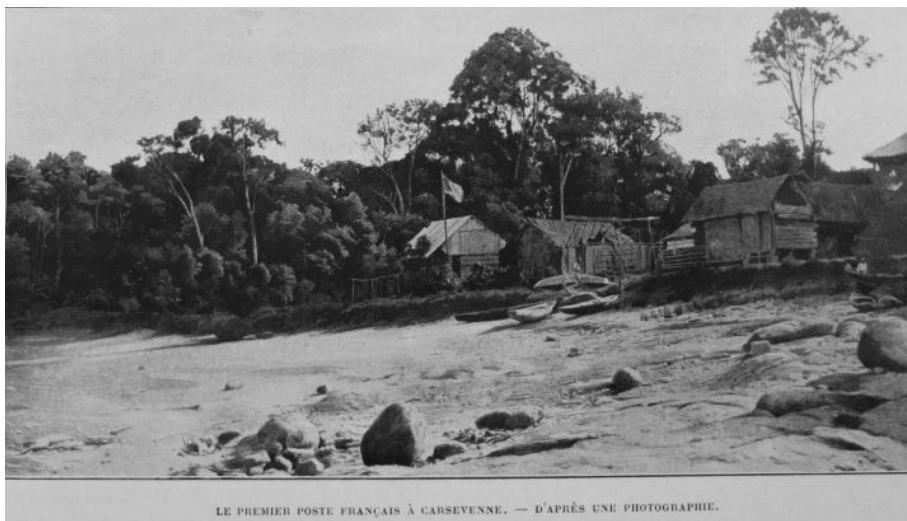
Conselheiros

Carlos Henrique Cardim

Wilson Roberto Theodoro

Ilana Trombka

OS SELOS POSTAIS DA
REPÚBLICA DA
GUIANA INDEPENDENTE



LE PREMIER POSTE FRANÇAIS À CARSEVENNE. — D'APRÈS UNE PHOTOGRAPHIE.

O primeiro posto telegráfico francês, no rio Calçoene

Sumário

A efêmera República do Cunani:
Uma história magnífica do Estado que se fez Brasil

Randolfe Rodrigues

pág. 11

Prefácio

pág. 23

A primeira República do Cunani

pág. 29

A primeira emissão de selos de Cunani

pág. 35

O fim inglório da primeira república

pág. 39

A primeira presidência de Adolphe Brézet

pág. 43

Segunda e terceira emissões de selos do Cunani

pág. 47

A quarta emissão de selos de Cunani

pág. 57

A corrida do ouro

pág. 65

A segunda presidência de Adolphe Brézet

pág. 69

O primeiro selo fiscal de Cunani

pág. 73

A quinta emissão dos selos de Cunani (Janeiro de 1905)

pág. 77

O fim inglório da segunda república

pág. 85

As reimpressões da quinta emissão dos selos de Cunani

pág. 89

Os selos Amazônia

pág. 95

Referências

pág. 107

Índice Onomástico

pág. 111

.....

*A efêmera República do Cunani: Uma história
magnífica do Estado que se fez Brasil*

RANDOLFE RODRIGUES

***E**STE LIVRO NOS CONTA a história fantástica de um Brasil ainda esquecido pelo Brasil de nossos tempos. Tanto é assim, que coube a um escritor alemão, Wolfgang Baldus, fazer o resgate desse episódio de nossa memória, sem que nenhum de nós, brasileiros, o tivéssemos feito antes.*

Os originais dessa obra chegaram às minhas mãos através de um competente filatelista, o meu querido amigo José Luís Fevereiro, em 2012. Desde então, tem sido uma epopeia o longo e demorado trabalho para viabilizar a republicação, em nossa língua, deste valioso registro historiográfico, publicado originalmente em inglês. Tenho que aqui destacar o prestigioso e árduo trabalho do serviço de tradução do Senado Federal: coube ao destino me reservar a surpresa de que uma dessas competentes profissionais viesse, tempos depois, a integrar o nosso Gabinete como colaboradora, a servidora Inaiara Golob.

O Tratado de Utrecht, celebrado entre Espanha e França, com reflexos sobre a América Portuguesa, com vistas a delimitar os limites fronteiriços dos domínios reais das metrópoles europeias no Novo Mundo, em 11 de abril de 1713, nunca foi efetivamente respeitado e

não foi completamente bem-sucedido em seu intento de pacificar contestações e disputas territoriais, tendo fixado a fronteira franco-brasileira sob a linha do rio Yapoco (Oiapoque) ou rio Vicente Pinzón, como chamavam os franceses. Com o advento da Revolução Francesa, em 1789, a contestação quanto aos seus termos se ampliou. Este período marcou a época da maior transformação por que atravessou o Ocidente, época da realização e concretização de uma revolução que marcou o início da idade contemporânea: nascia o ideário amplo do que conhecemos como “Modernidade”.

Depois da agitação que culminaria com o “Período do Terror”, formou-se, na França, um novo tipo de governo: o Diretório. Despontou, então, nesse cenário, a figura decisiva de Napoleão Bonaparte.

Nesse conturbado contexto para a Europa, em 1797, o Diretório pretendia impor tratado que estatuiu que o rio Vicente Pinzón seria, na verdade, o rio Calçoene, adentrando terras brasileiras e expandindo as fronteiras de sua colônia na Guiana, tendo em vista a cobiça pelas riquezas minerais da região. O ministro plenipotenciário de Portugal, António de Araújo e Azevedo, primeiro conde da Barca (1754-1817), em reação, criando dificuldades a esta pretensão expansionista, foi convidado a abandonar a França em 24 horas.

Em 1801, Napoleão deflagrou a invasão de Portugal, pela Espanha, e novo tratado foi imposto por Lucien Bonaparte, seu irmão. Quando o tratado foi ultimado, sobrevieram imposições ainda mais severas e os negociadores resolveram assiná-lo com data retroativa, para evitar a retomada de discussões jurídico-políticas e evidente intenção fraudulenta. Por parte daquele Tratado, a fronteira francesa era arbitrada sob a linha do rio Araguari, adensando-se ainda mais sobre o território do atual estado amapaense, estendendo-se sobre os domínios portugueses.

Os franceses, no entanto, não tinham como ser contidos pela combatida Coroa portuguesa, já que, em 27 de novembro 1807, des-

pontou a invasão napoleônica também sobre o território da Metrópole. Apenas três dias antes das tropas napoleônicas adentrarem Lisboa, Dom Rodrigo Domingos de Sousa Coutinho, primeiro conde de Linhares (Chaves, 3 de agosto de 1755 – Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1812), um destacado diplomata e político português, conseguiu embarcar a rainha Dona Maria I, o Príncipe Regente e mais 15 mil pessoas da aristocracia portuguesa, com destino ao Rio de Janeiro: a Coroa portuguesa transferia a sua sede e sua corte para o Brasil.

Nestes vários tratados impostos a Portugal nesse contexto histórico do fim do século XVIII e início do século XIX – , Tratados de Badajós e Madri (1801), Amiens (1802) e Fontainebleau (1807) –, resultou que o Império napoleônico estendeu fartamente o território da Guiana, sob domínio francês, até o Amazonas, esgarçando por completo os termos do Tratado de Utrecht.

Em 1^a de maio de 1808, Dom João denuncia formalmente os tratados assinados pelos franceses. Já assinara, dias antes, a declaração de guerra aos franceses, em 22 de março daquele mesmo ano. Concomitante a isso, enquanto em Portugal a luta se fazia pela resistência à ocupação das forças francesas, no Brasil resolveu-se garantir as fronteiras de Utrecht, compreendidas entre os rios Amazonas e Oiapoque.

Os então governadores do hoje Estado do Pará há muito adotavam posições firmes em relação às investidas dos franceses de Cayenne, a capital do departamento ultramarino da atual Guiana Francesa, então denominada por Cabo do Norte. Esta era a posição clara de Dom Rodrigo muito antes, já em 1796, aliás, quando escreveu carta ao irmão Dom Francisco de Sousa Coutinho (1764-1823), governador da Capitania do Grão-Pará (entre 1790 e 1803), incentivando-o a que resistisse: “vendo grande probabilidade de poderdes conquistar a ilha de Caiena e domínios franceses, assim o façais”, disse ele.

Em 1808, o novo governador da Capitania do Grão-Pará (de 1806 a 1810), o tenente-general José Narciso de Magalhães e Mene-

ses, seguindo plano concertado em acordo com o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros da Coroa inglesa, George Canning (11 de abril de 1770 – 8 de agosto de 1827), determinou que Dom Rodrigo agisse para reintegrar primeiramente as nossas fronteiras usurpadas pelo infeliz Tratado de Badajoz e Madri, levando a cabo a incursão contra os interesses de Caiena com apoio inglês. Destaco que, no plano geopolítico de então, os impérios inglês e francês protagonizavam a grande polarização por domínio sob a Europa e sob o resto do mundo, nutrindo interesses antagônicos.

Caiena se notabilizara por ser, desde 1797, o local de confinamento de deportados políticos, uma região de degredo político. A população se sentia intranquila, sem apoio das autoridades francesas.

Assim, em 27 de outubro 1808, partiu de Belém uma expedição sob o comando do chefe do corpo de artilharia do Pará, tenente-coronel Manuel Marques d'Elvas (1763-1824), com cerca de 500 homens. Acompanhou os portugueses uma frotilha inglesa sob o comando de sir James Lucas Yeo (1782 -1818), um oficial da Marinha Real Britânica, sobrinho de sir William Sidney Smith (1764-1840), importantíssimo almirante da poderosa Marinha inglesa. Em 12 de janeiro de 1809, a cidade de Caiena estava tomada pelo referido consórcio militar luso-inglês.

Em 8 de janeiro de 1810, instalou-se em Caiena um governo português chefiado por João Severiano Maciel da Costa, marquês de Queluz (1769 – 1833), um magistrado e político brasileiro, que governou a Guiana Francesa ocupada, de 1809 a 1817, e, posteriormente, presidiu a primeira Assembleia Constituinte (1823), tendo sido também membro do primeiro Conselho de Estado do Império. A população aceitou com razoável tranquilidade a ocupação e, durante o longo governo do marquês de Queluz, não houve incidentes.

Sob a jurisdição do poderoso Congresso de Viena, convenção das grandes potências europeias de então, ocorrida entre 1814 e 1815,

com objetivo de reordenar o caótico mapa político do continente europeu após a derrota de Napoleão, foi assinada uma resolução, em 9 de junho de 1815, por meio da qual Portugal restituía a Guiana aos franceses até o limite do rio Oiapoque, limite outrora arbitrado pelo Tratado de Utrecht, cem anos antes.

França e Portugal comprometiam-se a fixar definitivamente seus limites territoriais na região o mais brevemente possível, em vista da longa e inflamada disputa dominial até então verificada. Assim, no ano seguinte, a França enviou ao Rio de Janeiro o duque de Luxemburgo para tratar da transferência e, em 5 de setembro de 1816, Dom João VI ordena a devolução da Guiana. Em 1817, um novo Tratado arbitrou que a restituição territorial se daria “até o rio Oiapoque, cuja embocadura está situada entre o quarto e quinto graus de latitude setentrional, e até trezentos e vinte e dois graus de longitude a leste da ilha do Ferro, pelo paralelo de dois graus e vinte e quatro minutos de latitude setentrional”(Art. 1º da “Convenção entre Sua Majestade Fidelíssima El-Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, e Sua Majestade El-Rei de França e de Navarra, feita em Paris a 28 de agosto de 1817”)

Embora a mesma Convenção determinasse, em seu artigo 2º, que “se procederá imediatamente as duas partes a nomeação e envio de Comissários para fixar definitivamente os limites das Guianas Francesa e Portuguesa conforme no sentido exato do artigo 8º do Tratado de Utrecht fixando o prazo de um ano para conclusão de trabalhos”, o único ato que efetivamente se seguiu foi a devolução da Guiana.

No dia 8 de setembro de 1817, o tenente-coronel Manuel Marques e o general francês Claude Carra de Saint-Cyr (1760-1834) presidiram a devolução de Caiena. Consta, curiosamente, nos relatos históricos, que o novo governador francês teria ficado impressionado com a tristeza dos colonos franceses ante a mudança de governo.

Deste período, de 1817 até o ano de 1895, a região entre os rios Araguari e o rio Oiapoque foi denominada como região de “contestado”, em face desse histórico de litígio territorial, que estava longe de um ponto final, donde se irromperam verdadeiras batalhas epopeicas.

Em momentos diferentes, essa região foi ora ocupada por brasileiros, ora ocupada por franceses.

Joaquim Caetano da Silva (1810-1873), nascido em Jaguarão, no Rio Grande do Sul, um diplomata e professor brasileiro, doutor em medicina pela Universidade de Montpellier e sócio de várias sociedades científicas, tendo sido cônsul-geral do Brasil na Holanda, dedicou-se a estudar a questão do Oiapoque e da fronteira com a Guiana Francesa. Fez a leitura da primeira memória sobre os limites do Brasil com a Guiana Francesa, na linha do contido no artigo 8º do Tratado de Utrecht, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nas sessões de 10 e 24 de outubro de 1851, diante do próprio imperador D. Pedro II. Seguiu aprimorando seu trabalho, até que o apresentou à Sociedade de Geografia de Paris, em 19 de fevereiro de 1858, batizando sua obra de L'Oyapock et l'Amazonie.

Só em 1855, o visconde do Uruguai, Paulino José Soares de Sousa (1807-1866), iniciou as negociações em Paris, na chamada “Questão do Oiapoque”. A França tinha, desde 1848, um novo imperador: Carlos Luís Napoleão, conhecido como Napoleão III (1808-1873), que insistia na delimitação da fronteira a partir do rio Araguari, reacendendo a disputa franco-brasileira pela região. As negociações foram demoradas e pouco produtivas, mesmo o visconde do Uruguai estando municiado de abundante documentação: a França de Napoleão III não mudou de postura, o que resultou no alongamento da questão do Contestado até o conflito de 1895.

Esta região, localizada entre os rios Oiapoque e Araguari, seguiu como região de contestação durante quase todo o século XIX, de 1817 até 1900, sob absoluta indefinição quanto à titularidade

de sua autoridade dominial: se do império do Brasil ou se da República francesa. Diante disso, em face da cobiça pelas fartas riquezas minerais dessa região, notadamente em face da abundância de ouro, em vários momentos distintos, houve por lá excursões exploratórias ora de franceses, ora de brasileiros, com objetivo de pilhagem desses recursos.

Uma dessas primeiras jornadas exploratórias ocorre precisamente em 1854, incentivando uma “corrida do ouro” na região, motivada pela degradante situação de pobreza econômica da Guiana Francesa, baseada na cultura escravagista, que foi acentuada após a abolição da escravatura, em 1848, por Napoleão III.

Foi, portanto, de modo absolutamente anárquico, sem qualquer investimento em infraestrutura, que se iniciou a exploração. Só aos poucos começaram a surgir as primeiras companhias com investimento europeu interessadas na exploração, deflagrando também as primeiras imigrações de povos hindus para a Guiana Francesa, antes presentes apenas na Guiana Inglesa.

Desde 1858, ergueu-se o vilarejo de Cunani, como uma base para garimpeiros. O termo cunani deriva provavelmente do tupi: era o nome por meio do qual os povos indígenas denominavam o tucunaré, um peixe bastante comum na região amazônica.

Ali, na comunidade do Cunani, estabeleceu-se um sistema clandestino de “capitanias”, constituído por dois capitães e um brigadeiro. Essa capitania se estendeu para a região da pequena cidade de Amapá, nas cercanias do Cunani. Os capitães lideravam os habitantes da região, arbitrando soluções para os seus problemas, embora nenhum deles detivesse “autoridade positiva” para tanto. Isto é, não havia a formalização de uma estrutura de governo: supunha-se que essa autoridade emanasse precariamente do governo francês, que, entretanto, não a exercia claramente e nem poderia fazê-lo, em razão do estado de neutralidade da chamada região do Contestado.

Em outubro de 1886, ou talvez um pouco antes, em agosto do mesmo ano, o capitão Trajano Benítez, protegido da França, proclamou:

Eu, Trajano, Capitão Chefe do rio Cunani, Chefe da Capitania da Guiana Independente, em nome e delegado pelos principais negociantes e pela maioria dos habitantes declaro o que se segue:

1) Organizar no nosso país um governo que será República e reconhecido depois pelas duas potências, a França e o Brasil;

2) O governo em questão já tendo sido declarado e proclamado em mais de 10 reuniões públicas às quais assistiu o Sr. Guigues, explorador.

Segue-se que queremos:

a) nos reger pelas leis francesas, quer dizer que adotamos o código francês como legislação de nosso país;

b) que a língua francesa seja a língua governamental;

c) O nosso presidente, o Sr. Jules Gros;

Nossa República tendo sido declarada, pedimos a proteção dos Estados vizinhos.

Viva a França!

Com essa proclamação, neste outubro de 1886, surgia a República Independente do Cunani (République du Counani), num período que mais tarde foi denominado “1ª República de Jules Gros”, pela historiografia.

Jules Gross era um escritor e geógrafo que vivia em Bains, uma comuna francesa ao sul de Paris. Instalando-se como governante com um aparato bastante caricato e precário, Gross dedicou-se a angariar apoio político à sua empreitada independentista e, sobretudo, aportes financeiros para institucionalizar a République du Counani.

Nomeou um ministério de governo e instituiu títulos honoríficos, para fins de comercialização, prática corrente e valorizada nesta época, além de determinar a cunhagem de moedas e emissão de notas de 25, 50, 100 e 500 francos da República do Cunani. Editou também o Diário Oficial da República: “Le nove de France et de Cologne – Jornal Oficial de La República da Guiana Independente”. Criou as armas e as bandeiras do Cunani, mesmo tendo com isso se exposto ao ridículo, forjando bases para uma potencial anexação dessa região à França e para a legitimação da exploração clandestina francesa de ouro que ali ocorria.

Tempos depois, os governos franceses e brasileiros se mobilizaram, impedindo que a autoproclamada République du Counani se apossasse do território Contestado, muito embora o governador em Caiena recebesse uma delegação de representantes distritais do Cunani, sinalizando reconhecimento diplomático ao movimento independentista. Essa postura dúbia e contraditória evidenciava os interesses franceses na proclamação da República do Cunani.

Opôs resistência a essa República e à tentativa de secessão um grupo relevante de brasileiros e elites políticas locais. No dia 10 de dezembro 1894, os brasileiros passaram à ofensiva na região do rio do Cunani. Reuniram-se homens do maior prestígio numa luta de resistência, sediada na vila de Espírito Santo do Amapá: destacam-se, dentre eles, Francisco Xavier da Veiga Cabral (1861-1905), conhecido na História sob a alcunha de Cabralzinho, Desidério Antônio Coelho e Manuel Gonçalves Tocantins.

Desidério Coelho foi nomeado chefe do movimento: convocou uma assembleia geral para a região do Cunani, em 26 de dezembro 1894, e, nesta ocasião, proclamou em ata a necessidade de retomada do território do Cunani, em nome dos interesses nacionais, ordenando a um destacamento que se dirigisse ao Cunani para prender Trajano, encarcerando-o na vila.

O Governo da Guiana ordena, em 15 de maio de 1895, à tropa francesa comandada pelo capitão-tenente Lunier que resgatasse Trajano Benitez e, na hipótese de resistência de Cabralzinho, que o fizesse seu prisioneiro. Cabralzinho não sucumbe às ordens de Lunier, desferindo um golpe mortal no líder das tropas invasoras, o que lhe legou a fama de herói nacional laureado. Entretanto, a morte de Lunier deflagrou, na Vila do Espírito Santo do Amapá, uma chacina que vitimou cerca de cem mulheres, crianças e idosos, que, amplamente noticiada, chegou, inclusive a ter repercussão internacional.

Esse incidente diplomático obriga as autoridades brasileiras e francesas a se reunirem em Berna, na Suíça, cinco anos depois, onde o ministro das Relações Exteriores e patrono da diplomacia brasileira, o barão do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845-1912), leva a conhecimento das autoridades arbitrais deste litígio territorial a obra de Joaquim Caetano da Silva, uma reedição da obra De l'Oyapok à l'Amazone, entregue ao presidente da Confederação Suíça em 5 de abril de 1899, contestando as razões apresentadas pela França.

A sustentação do barão do Rio Branco reunia o brilhantismo de um historiador e advogado notório, lastreado por abundante documentação, de modo que, em 1º de dezembro de 1900, o presidente do Conselho Federal Suíço, Walter Heuser, proclamou que “conforme o sentido preciso do artigo 8º do Tratado de Utrecht, o rio Yapoc ou Vicente Pinsão é o Oiapoque, que se lança no oceano imediatamente a oeste do Cabo Orange”, arbitrando a disputa territorial em favor do Brasil. Essa decisão é conhecida como o Laudo Suíço, pondo um fim diplomático a uma disputa dominial inaugurada desde o século XVII, com o Tratado de Utrecht.

O que o leitor encontrará neste livro são dados e símbolos dessa epopeia. A prova material da existência de uma república independente no coração da Amazônia, entre os rios Araguari e Oiapoque, durante o século XIX.

Esta república independente, mais do que os símbolos que estão espelhados nesta produção literária, mais do que os selos da coletânea filatelista dessa obra riquíssima, é a evidência incontestável da riqueza histórica dessa verdadeira Odisseia Amapaense, que moldou as bases da multiculturalidade de nosso povo e de nosso estado, sonogada de nossa memória histórica.

Essa história é forjada pelo sangue de bravíssimos homens, mulheres e crianças, sejam franceses ou brasileiros. Ela é forjada pelo ímpeto aventureiro de garimpeiros, de exploradores, de gente lutadora que desbravou os confins do país com um sonho incansável de construir uma notável nação, um futuro melhor. Este livro restituiu ao povo amapaense parte de sua valorosa história, que remonta sagas e disputas internacionais que antecedem em muito a própria criação do ex-Território Federal do Amapá, em 1943.

O Amapá é um dos poucos cantos do Brasil em que nós nos orgulhamos em dizer que é Brasil porque se fez Brasil. Nós lutamos para integrar o território nacional, nós resistimos à ocupação francesa. Nós, em vários momentos, afugentamos qualquer possibilidade de ocupação externa e isso é materializado em nosso principal monumento: a grandiosa Fortaleza de São José de Macapá.

Mais do que ser Brasil, temos orgulho de sermos a mistura dessa história viva. História feita por povos indígenas originários, por negros e brancos, sejam eles portugueses, franceses e das mais diferentes nacionalidades, que forjaram o povo mais multicultural desse país. Como já dito, mais do que testemunha da existência de uma república, este livro é a prova material da existência de uma epopeia aventureira de homens e mulheres no coração da Amazônia no século XIX.

.....

Prefácio

WOLFGANG BALDUS

*D*ESDE QUE SURGIRAM, os primeiros selos para a postagem pré-paga de cartas, há mais de 150 anos, pequenas etiquetas com um valor apostado foram emitidas por agências privadas de entrega de correspondências e por autoridades postais governamentais pelo mundo afora para expressar o monopólio sobre o serviço de transporte de correspondências. Entretanto, governos de nações independentes, autoridades locais e até mesmo pessoas físicas também emitiram selos postais para indicar poder e soberania sobre um território. O histórico de selos postais regulares, ou seja, de selos que foram emitidos por autoridades postais legítimas, é bem documentado e facilmente disponível para colecionadores interessados. Conseguir informações sobre os selos geralmente chamados de “fundo de catálogo” é mais difícil. Esse grupo de selos postais inclui itens que não são aceitos por muitos dos colecionadores de selos, ou que são difíceis de classificar. Entre eles estão os selos locais e os selos de fantasia, selos de estados-fantasmas e selos de origem duvidosa sobre os quais pouco se sabe. Alguns deles foram mencionados somente algumas vezes na literatura há algumas décadas. Mas muitos desses selos não merecem ser esquecidos. Algumas vezes suas histórias são bem mais

interessantes do que as da maioria dos selos postais regulares. Elas nos contam histórias sobre insurreições e revoltas políticas, sobre sonhos de governantes autoproclamados e de impostores espertos que emitiram selos postais para alcançar seus objetivos individuais. A história de tais selos é em muitos casos curiosa, por vezes cômica e por vezes trágica, mas em cada caso há uma história por trás dessas emissões que as tornam únicas.

Esta série de livretos trata de selos que não possuem grande importância para a história filatélica do mundo, mas que são pequenas joias para os amantes de selos incomuns que gostam de ler sobre as várias vertentes da filatelia.

.....

*E*L DOURADO! Por quatrocentos anos, narrativas indígenas sobre uma fabulosa cidade de ouro na selva da América do Sul foram a causa de inúmeras expedições de aventureiros e enviados oficiais das rainhas e reis europeus para um novo continente. “El Dorado”, “O Dourado” em espanhol, foi um termo usado nas Américas pelos exploradores espanhóis do século XVI para se referir a um legendário chefe de uma tribo indígena que supostamente habitava uma região no norte da América do Sul. Na mitologia indígena, o chefe era extremamente rico. Nas festas anuais, ele cobria todo o seu corpo com ouro em pó. O termo veio a ser aplicado também ao seu reino, aparentemente abundante em ouro e pedras preciosas. Sua famosa cidade de ouro era às vezes mencionada nas lendas como Manoa ou Omoa. Diz-se que os índios inventaram essa história para afastar os espanhóis que começaram a explorar a Amazônia nos primórdios do século XVI. Eles contaram aos exploradores que no meio da selva havia uma cidade misteriosa construída completamente de ouro. Como é possível imaginar, os espanhóis passaram anos tentando encontrar a cidade. A lenda de El Dorado inspirou muitos governantes europeus a investir grandes somas de dinheiro enviando grupos de exploradores, a maioria dos quais retornava dizimada pela privação e por doenças.

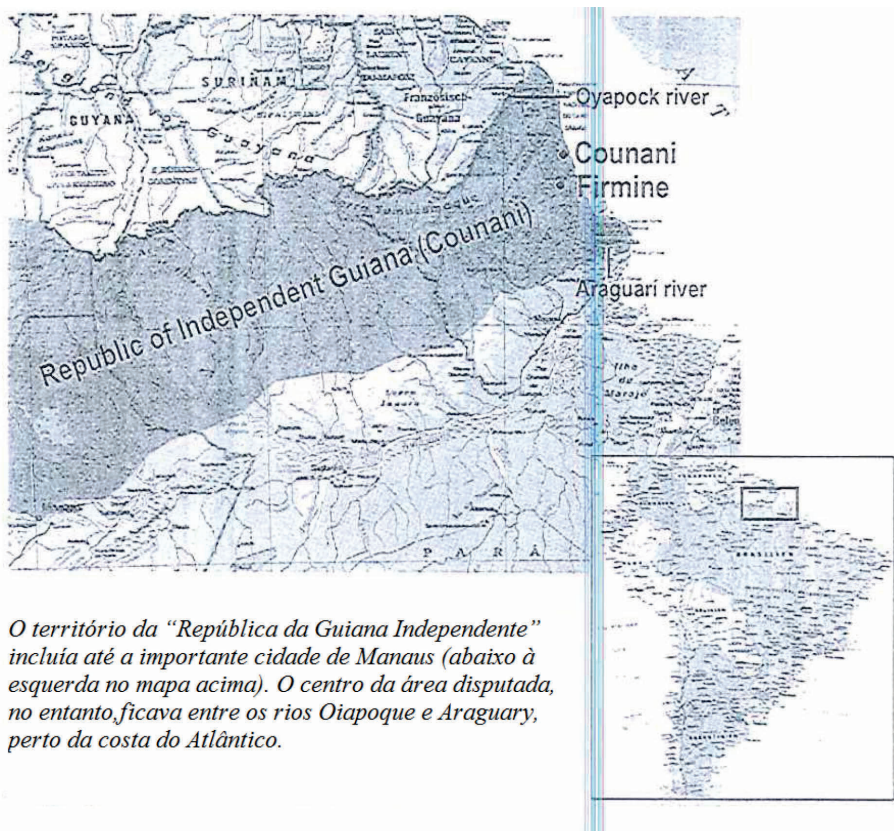
A expedição mais famosa foi a do explorador espanhol Francisco de Orellana, que desceu o rio Amazonas até sua foz, em 1540 e 1541, em uma tentativa frustrada de encontrar a cidade. Em 1541, o aventureiro alemão Philip von Hutten conduziu um grupo de exploradores de Coro,

um assentamento alemão na costa venezuelana, e procurou pela cidade até a região de Omágua, perto do rio Amazonas. Em 1595, o explorador inglês *sir* Walter Raleigh, tomou a frente da expedição e, ao voltar à Inglaterra, publicou um relato romântico de sua viagem, na qual ele descreveu Manoa como sendo uma ilha no lago Parima, na Guiana. Por mais de dois séculos, até que a existência do lago foi refutada, ela foi marcada nos mapas.

No fim da década 1880, a lenda de El Dorado pareceu ter se tornado realidade: foi descoberto ouro em uma região que pertencia à Guiana Francesa e ao norte do Brasil. Nos séculos passados, esse território havia sido reivindicado tanto pela França quanto pelo Brasil. Ele compreende a região entre o rio Amazonas e a fronteira sul das atuais Guianas. No século XVII, ocorreram divergências relacionadas à área ao norte do rio Amazonas entre os franceses, que estabeleceram um posto em Caiena, em 1664, e os portugueses, que governaram o Brasil até a independência do país, em 1822. Em 1700, o Tratado de Lisboa tornou a área disputada, conhecida como “Terres du Cap du Nord”, território neutro. Em 1713, o Tratado de Utrecht indicou como fronteira franco-brasileira o rio “Japoc”, ou “Vincent Pincon”, o qual os franceses depois afirmaram ser o Araguari. Os portugueses, no entanto, afirmaram que eles se referiam ao rio Oiapoque, há mais de 320 quilômetros do Araguari (ver mapa p. 27).

Durante a disputa no século XIX, ambas as partes ofereceram bons argumentos para sustentar seus pontos de vista. Os franceses, amplamente descritos por Georges Brousseau, em 1899, incluíram, por exemplo, o diário de bordo de Vincent Yánez Pinzón, o navegador que visitou a região em 1500. O Brasil forneceu, entre outros documentos, mapas do padre jesuíta alemão, Aloys Pfeil (1638-1701), em especial o “Mapa do Grande rio Amazonas”, de 1684, e o “Mapa do rio Amazonas e Capitania Capo Norte”, de 1700, para reafirmar sua reivindicação. O resultado da disputa foi que, tanto a França, quanto o Brasil, obviamente perderam o interesse pela região inexplorada. Em 5 de julho de 1841 (18 de dezembro de 1841, segundo outras fontes), a região foi temporariamente declarada neutra, aguardando uma solução definitiva.

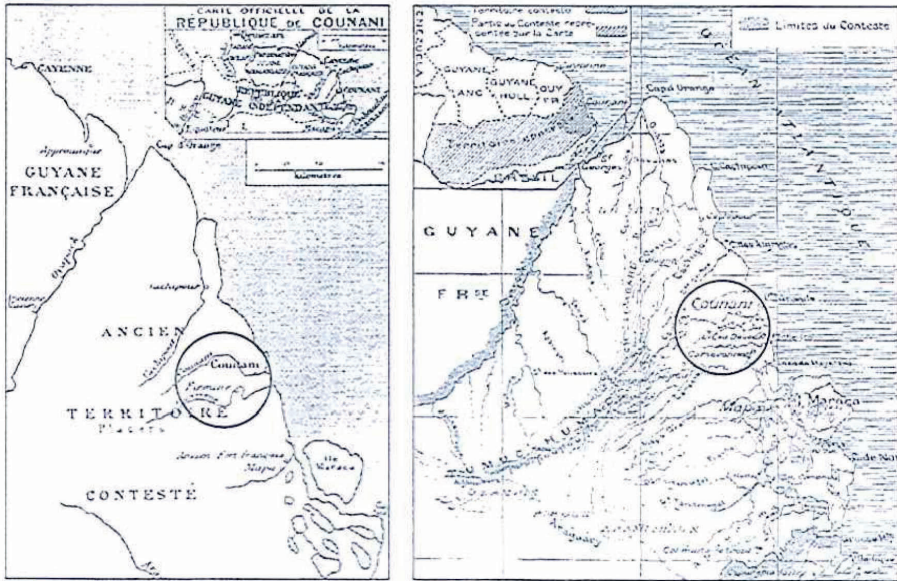
Apesar das ocasionais expedições de aventureiros e caçadores de ouro, as savanas e selvas do norte do rio Amazonas permaneceram desconhecidas e inexploradas. Ao longo da costa, as três Guianas (Guiana Britâ-



O território da “República da Guiana Independente” incluía até a importante cidade de Manaus (abaixo à esquerda no mapa acima). O centro da área disputada, no entanto, ficava entre os rios Oyapoque e Araguary, perto da costa do Atlântico.

nica, Guiana Holandesa, chamada de Suriname, e Guiana Francesa) foram colonizadas por Europeus e outros povos, e as regiões da costa brasileira ao sul do rio Amazonas se desenvolveram. Mas o território entre as três Guianas e o rio Amazonas, uma região de difícil acesso, pouco povoada, completamente coberta de floresta úmida em seu interior, com grandes extensões de pradarias e savanas e muitos pântanos e mangues ao longo da costa, era uma mancha branca no mapa, na qual ninguém estava interessado até que alguns aventureiros voltaram de lá afirmando ter descoberto ouro. Isso não apenas reacendeu o interesse da França e do Brasil pela região, como também levou à criação de um “estado independente”. Por alguns anos no fim do século XIX, o território disputado se tornou a “República da Guiana Independente”, um “estado” que não era reconhecido por nenhum outro país e que existia mais na imaginação de alguns poucos aventureiros do que na realidade. Essa “República” teve vários nomes. É

conhecida como “República da Guiana Independente”, “Estado Independente da Guiana”, “República do Cunani” ou “Estado Livre de Cunani”.



O “Mapa Oficial da República do Cunani” (à esquerda) mostra as vilas de Cunani e de Firmine, também chamada de “Calçoene” ou “Carsevenne” (à direita). O nome “Firmine” está, portanto, ausente em muitos mapas (ver capítulo sobre os selos amazônicos).

.....

A primeira república do Cunani

SOB A PRESIDÊNCIA DE JULES GROS
(JULHO DE 1886 – SETEMBRO DE 1887)

ENTRE OS PRIMEIROS aventureiros que buscavam ouro nas selvas da Guiana, estava o francês Jean Ferréol Guigues e seu amigo suíço Paul Quartier. No começo da década de 1880, Guigues, Quartier e dois americanos, Williams e James, andaram pela selva venezuelana, atravessaram o Suriname e avançaram até a parte mais inacessível da Guiana Francesa, ao sul do rio Oiapoque e perto da serra de Tumucumaque. Eles chamaram esse território de “Iguane”, por causa da grande quantidade de iguanas que havia lá.



Jules Gros, o primeiro presidente da República do Cunani

Por três meses eles esquadrinharam os rios, e retornaram a Caiena afirmando ter descoberto ouro. Os dois americanos faleceram a tempo de deixar os lucros da descoberta para Guigues e Quartier. Pensando sobre qual seria a maneira mais lucrativa de explorar o veio de ouro aluvial, os dois amigos decidiram criar uma empresa e ficar atentos a patrocinadores e possíveis investidores, bem como pessoas respeitáveis que pudessem representar a companhia na Europa. Guigues foi a Paris, onde conheceu Jules Gros (1829-1889 ou 1891, dependendo da fonte), um escritor, jornalista e membro da *Société de Géographie* da França.

Gros era o candidato ideal para a sua empresa. Em 1883, Gros havia sido convidado por *monsieur* Franconie, o deputado francês representando Caiena na Assembleia Nacional Francesa, a assumir o cargo de secretário de um grupo de pressão para promover a economia da Guiana Francesa, portanto, ele já estava familiarizado com o que precisava ser feito em relação a essa questão. Jules Gros conseguiu obter algum dinheiro de investidores: ele ofereceu seis por cento dos juros por ano e um dividendo de quarenta e nove por cento! Uma companhia anglo-francesa investiu 750 mil francos, dos quais um décimo foi dado a Guigues, que retornou com esses fundos a Caiena. Ele e seu amigo, Paul Quartier, perceberam que era muito mais fácil enriquecer persuadindo os financistas europeus a investirem seu dinheiro na empresa do que procurando ouro nos rios da selva. Em busca de um lugar seguro, eles decidiram ir para o sul; atravessaram o rio Oiapoque – que era considerado pelo Brasil como a fronteira sul da Guiana Francesa – e se estabeleceram na pequena vila de Cunani, situada dentro do território disputado.

Cunani era um lugar ideal para aventureiros como Guigues e Quartier. O vilarejo foi fundado em 1788 pelos jesuítas. Seu nome originou-se de um peixe muito comum na região amazônica, o “tucunaré”, cujo nome da língua tupi dos índios nativos é “cunani”. O assentamento, também escrito como “Cunany”, “Caunany”, “Connani”, “Cunnani” ou “Counani”, estava situado na margem esquerda do rio Cunani, acerca de 27 quilômetros da costa do Atlântico. O nome completo do vilarejo era Sainte-Marie de Counani. Naquela época, Cunani consistia de trinta cabanas e uma pequena igreja, e tinha uma população de duzentas ou trezentas pessoas que era supostamente “*composta exclusivamente por criminosos, desertores, fugitivos da Guiana, etc.*”, (“*se composant exclusivement de criminels, déserteurs, évadés de la Guyane, etc.*”), como escreveu o jornal filatélico francês, *Écho*

de la Timbrologie, em 1921. Cunani era “a capital de um grande território sem lei, um vilarejo francês inserido em um país livre, sem polícia e sem prisões”. Era apenas uma das várias capitanias independentes, ou seja, pequenos distritos governados por um capitão.



O "cunani"

O capitão de Cunani era Trajano Supriano Benítez, um negro vindo do Pará, atraído pelos rumores sobre a descoberta de ouro nos rios da região. Ele se estabeleceu em Cunani porque a maioria dos habitantes era composta de negros. A população negra dos vilarejos, muitos deles escravos que haviam escapado, desejava ser governada pela França, onde a escravidão havia sido abolida, ao invés do Brasil. Em 1887, outro aventureiro francês daquele tempo, Henri Coudreau, descreveu os distritos da área disputada, entre os rios Oiapoque e Araguari. De acordo com seus relatos, o território era dividido em duas colônias brasileiras ao sul e seis capitanias ao norte. Essas capitanias, cada uma delas habitada por cerca de 70 a 100 pessoas (os números variam de 50 a várias centenas, dependendo da fonte), eram Ouassa, Rocaoua e Couripí no interior e Cachipour, Calçoene (Cunani) e Amapá ao longo da costa. Esses nomes terão um papel quando a segunda emissão de selos de Cunani for discutida abaixo.



Henri Coudreau foi um dos primeiros a descrever a área disputada

Jean Ferréol Guigues e Paul Quartier chegaram a COUNANI em 1885. Naquela época, o capitão Trajano havia começado a ter problemas com a população de Cunani porque o Brasil, alertado pelas notícias da descoberta de ouro, queria afirmar sua soberania sobre o Cunani e apoiou uma rebelião contra Trajano, que simpatizava com os franceses. Paul Quartier, que havia se casado com a filha do braço direito de Trajano, Nunato de Marced, sugeriu ao seu sogro que deixasse a área de Cunani se tornar um estado independente. Quartier e Guigues esperavam conseguir mais dinheiro de investidores europeus quando controlassem um “estado” real que eles esperavam que fosse reconhecido pelas outras nações. Assim, a “República do Cunani” foi proclamada em 23 de julho de

1886 (23 de outubro, de acordo com outras fontes), com Guigues como “Presidente do Conselho” e Quartier como “ministro de Obras Públicas”. O jornalista Louis Boisset se tornou cônsul-geral, Aimé Jean, um ex-padre de Guadalupe, foi nomeado “ministro da Educação Pública e da Cultura” e J. B. Moens, o famoso negociante de selos de Bruxelas, foi nomeado “Ministro dos Correios, Telégrafos e Ferrovias”, embora seja questionável se essa nomeação honrosa chegou até ele.

A ideia de criar um estado independente nessa região não era nova. De acordo com Bruno Fuligni (*L'État c'est moi*, Paris, 1997), dissidentes poloneses tentaram, sem sucesso, estabelecer uma “Nova Polônia” na área, e, em 1874, um certo Prosper Chaton, ex-cônsul francês no Pará, após descobrir que não havia um governo naquela região, proclamou-se “Presidente da República do Cunani”. Infelizmente, ele era um jogador e, certa noite, perdeu seu “estado” em um dos bares de Caiena. No entanto, a república de Guigues e Quartier, era supostamente apoiada inclusive pela população local. Aldo Brézet, o irmão de um futuro presidente de Cunani que viveu no Brasil, escreveu uma carta a J. B. Moens em julho de 1893:

Ela [a República] foi proclamada em 1886 em St. Marie de Counani, no rio Cunani, pelos chefes dos vilarejos do que antes era conhecido pelo nome de “Contestado Franco-Brasileiro”. Esses chefes ou capitães, tendo-se reunido em uma assembleia geral, formaram um Conselho Geral, que elegeu como Presidente da República o Sr. Jules Gros, um escritor francês...

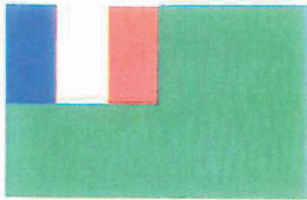
No entanto, essa história foi contada de formas diferentes na França e no Brasil. Isto é evidenciado por uma carta que a *Société de Géographie* da França recebeu de um “certo Capitão Trajano”, em 1888. O *L'Écho de la Timbrologie* republicou essa carta na edição nº 606, de 31 de março de 1921. Ela mostra que o apoio dos cunanianos não era muito sério. Trajano escreveu:

No ano passado [ou seja, em 1887, o autor] algumas pessoas, que chegaram armadas com rifles, revólveres e barris de rum, disseram-nos que viriam em nome do presidente Jules Gros. Sentado em um cabaré, bebendo rum, eles convidaram os negros que passavam pela estrada a entrar. Aqueles que eram

capazes de escrever eram instados a assinar um documento com seu nome. Jules Gros – esse senhor existe? Nós nunca o vimos. Ele supostamente vive em Paris, mas, sem dúvida alguma, nós nunca o veremos. Eu disse a eles: ‘O Cunani não é uma República, é um país disputado pela França e pelo Brasil, mas, no fim, pertencerá à França porque todos nós aqui em Cunani somos franceses de coração. Vocês se chamam de ministros? O que é um ministro? Vocês deveriam ir embora imediatamente, para evitar contratempos desagradáveis?’ Essas pessoas levaram uma vida fácil por um tempo, até que partiram e nunca mais foram vistas.

Esta carta é um tanto quanto estranha, pois a assinatura do capitão Trajano é encontrada entre as sessenta assinaturas dos cunanianos que assinaram o documento citado para eleger Jules Gros como presidente. Esse documento data, supostamente, de 23 de outubro de 1887. Em seu livro, *Rois sans couronne* (1906), baron Marc de Villers du Terragne explica:

Em 23 de outubro de 1887, o senhor Guigues conseguiu com que Trajane Benito, ‘capitaine en chef de Counani’, e Cachipour, ‘second capitaine’, assinassem um manifesto que possibilitou, em nome dos negociadores e unanimemente, a instalação de uma república independente. Os habitantes [dessa república] adotaram a lei e a língua francesas e a presidência foi entre-



A primeira bandeira da República do Cunani ainda incluía as três cores francesas e foi usada de 1886 a 1887 (acima). O brasão (à direita) mostra o lema da república “Liberdade e Justiça”.



gue ao assessor de imprensa Jules Gros, membro das sociedades geográficas de Paris, Ruão, Lisboa e de várias outras sociedades científicas, vereador de Vanves, etc.

Se esta data for verdadeira, o documento estava um pouco atrasado, pois o governo francês havia determinado o fim da República do Cunani seis semanas antes.

Jules Gros, o representante da empresa de Guigues na França, foi nomeado “presidente vitalício”. Ele logo começou a usufruir de seu novo papel como estadista. Ele era um bom propagandista para sua república e sabia o que era indispensável para um país independente. Ele criou uma bandeira, adotou o lema “liberdade e justiça” para sua nação, criou uma ordem, a “Ordem da Estrela de Cunani”, e abriu uma legação em Paris, na “Rue de Louvre nº 18.” Ele alegou inclusive ter se encontrado com o Imperador brasileiro Dom Pedro II durante a visita do imperador a Paris. A campanha publicitária de Gros para promover Cunani foi tão bem sucedida que toda a França passou a conhecer a área disputada, as descobertas de Jean Ferréol Guigues e as riquezas do novo país. Jules Gros tornou-se famoso em poucos meses: até mesmo uma peça em quatro atos, chamada *De Paris a Cunani* foi encenada em Paris. Ele fez com que moedas fossem cunhadas, assim como supostamente emitiu selos postais. No entanto, parece que os representantes do novo estado discordavam quanto ao nome da república. Nos selos está escrito “Rép(ublique) de Counani”, mas nas moedas está “République de La Guyanne Indépéndante”.

.....

*A primeira emissão de selos de Cunani
(Junho de 1887)*

O PRIMEIRO SELO da República do Cunani foi um de 25 cêntimos supostamente emitido em junho de 1887. Ele possui um desenho um tanto quanto grosseiro, que foi, de acordo com o *L'Écho de la Timbrologie*, desenhado e gravado por uma criança de cinco anos de idade. Tal suposição é compreensível, se considerarmos o mau acabamento e a inscrição invertida do valor “25 Cs”, um erro que revela a incompetência no processo de gravação. O selo é não denteado e impresso com tinta preta em papel branco fino em formato longitudinal. No quadrado central há uma estrela de cinco pontas acima da palavra “LIBERTÉ”. Ao redor, há inscrições emolduradas das palavras “REP. DU”, à esquerda com leitura de baixo para cima, “POSTES”, no topo, “COUNANI”, à direita e com leitura de cima para baixo, e o valor invertido de “25 Cs” na parte de baixo. As linhas da moldura dupla se cruzam, exceto pelas linhas verticais internas, que não se estendem além das linhas horizontais externas. A linha horizontal interna inferior é uma linha dupla. Os quatro cantos possuem cruces de Santo André, sendo que a da direita, do canto inferior direito, está bastante borrada. A letra “R” de “REP.” lembra um “P”, e há um ponto sobre o “I” de “LIBERTÉ” e um acento sobre o último “E” da mesma palavra. Esses três traços característicos da inscrição não aparecem nas duas falsificações (ou imitações) conhecidas deste selo. Uma delas pode também ser facilmente identificada por possuir uma moldura muito larga na parte inferior e muito estreita na parte superior. As imitações são feitas em papéis de maior gramatura, pardos, azuis ou alaranjados.

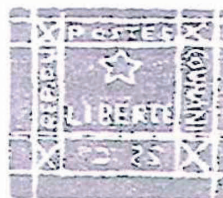
Aparentemente, apenas 100 cópias dos selos originais de 25 cêntimos foram impressos. São desconhecidos na condição de usados ou colados em envelopes e é muito pouco provável que alguma vez tenham sido usados em Cunani. Houve, no entanto, esforços para autenticá-los. Por exemplo, o jornal francês *Ami de Timbres* publicou uma declaração de um oficial francês que teria, supostamente, “*viajado por todo o país e confirmado que tais selos lhe foram fornecidos em todos os lugares em que ele precisou selar sua correspondência*”. Pode-se imaginar que “em todos os lugares” significa, pois a República do Cunani era formada por cerca de apenas vinte vilas. É pouco provável que essas vilas tivessem serviço postal.

A data de emissão desse selo é, porém, incerta. Quando o *Philatelic Journal of America* apresentou a “*República da Guiana (Cunani)*”, em fevereiro de 1888 (v. IV, n. 38), nenhum selo postal foi mencionado. O Sr. A. Naerum, de Londres, afirmou ter imprimido a primeira emissão de



Da coleção de Jim Czyl, EUA

Um selo legítimo (à esquerda) e a “imitação de moldura inferior larga” (à direita). Cópias do segundo tipo de imitação são mostradas abaixo. As imitações são identificadas por letras diferentes e pela falta de acentos gráficos.



Da coleção de Victor Berkovich, EUA



Da coleção de David Stirling, Reino Unido



O valor de 25 cêntimos (não o de cinco cêntimos, como é, por vezes, afirmado na literatura) é evidente a partir da ilustração invertida.

selos do Cunani em 1892. Tanto quanto seja de conhecimento do autor, a data de junho de 1887 apareceu pela primeira vez na carta de Aldo Brézet a J. B. Moens, de julho de 1893. Esta carta foi usada como a fonte mais importante pela maioria dos autores nas décadas seguintes.

A dúvida quanto à data de emissão não é causada apenas pelos diferentes nomes dados ao país no selo e nas moedas, mas também por suas diferentes aparências. Examinando as moedas cuidadosamente cunhadas, é difícil de acreditar que Jules Gros, um homem distinto, de bom gosto e boas maneiras, que criou ordens e conversou com financista e investidores, teria aceitado um selo postal com desenho tão grosseiro e amador. É evidente que o desenhista do selo era um péssimo artista, sem conhecimento filatélico algum. Muito provavelmente o selo foi desenhado e gravado por um amador do grupo de Guigues e Quatier, na Guiana, por volta de 1886, quando os dois aventureiros desenvolveram o conceito de seu Estado. É possível que Jules Gros nada soubesse sobre o selo.

Por outro lado, a data de 1892, como afirmado por A. Naerum, também poderia estar correta, o que significaria que Aldo Brézet antedatou o ano de emissão para dar a Cunani uma história filatélica mais longa. Neste caso, as atividades de emissão de selos de Cunani estão restritas à segunda república. Hoje é impossível averiguar a verdade.

Por outro lado, a origem e o ano de emissão das moedas da República Independente da Guiana estão confirmados. Elas foram cunhadas pelo estúdio de Henri Charles Würden, de Bruxelas/Bélgica, em 1887. Este estúdio cunhou moedas para vários estados-fantasma. Três moedas da Guiana Independente são conhecidas, a de 10 centimos, a de 20 centimos e a de cinco francos. Em seu anverso, está gravado “République de la Guyanne Indépendante” e a cabeça feminina da liberdade com um gorro frígio. A estrela de cinco pontas de Cunani foi colocada no gorro e a palavra “Essai” está abaixo da cabeça. Em seu reverso está o lema da República, “Liberté Justice” (Liberdade Justiça), com as palavras separadas pela estrela de Cunani. Em uma coroa de louros no centro, está o valor da moeda, com a data de 1887 (ver figura na página 38). O uso de tais moedas no Cunani não está confirmado.



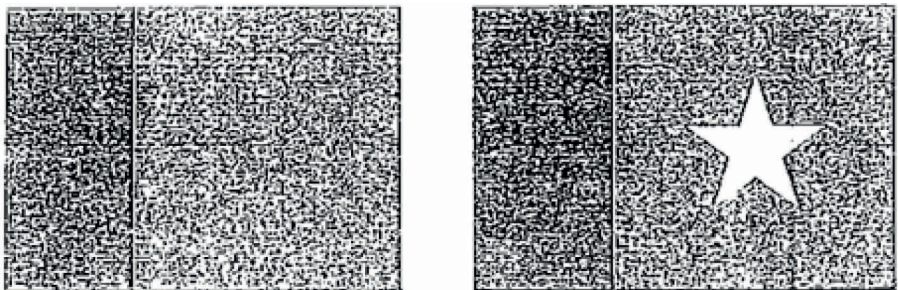
As moedas do Cunani estão entre as testemunhas mais raras desta República. Em 2002, em um leilão, uma moeda de 20 centimos foi avaliada em 2200 francos, e uma moeda de 5 francos foi avaliada em 25 mil francos. Em 2000, uma “medalha de serviços” do Cunani foi leiloada e vendida por 190 dólares.

.....

O fim inglório da primeira república

QUANDO JEAN FERRÉOL GUIGUES voltou a Paris em meados de 1887, ele imediatamente encomendou um uniforme “*inspirado no de Murat*”. Suas atividades de propaganda e o comportamento dos integrantes da legação “*caminhando pelas ruas com arrogância*” enfim atraiu a atenção do governo francês, que determinou o fim da República do Cunani em 2 de setembro, de 1887 e publicou uma nota no *Journal Officiel* no dia 11 de setembro, afirmando que existia um *modus vivendi* entre a França e o Brasil desde 1862 a respeito dessa área, e que “*a existência da assim chamada República do Cunani constituiria uma violação dos direitos dessas duas autoridades.*”

Temendo as consequências, Guigues e seus amigos negaram qualquer responsabilidade e culparam Jules Gros por tudo. Guigues depôs o presidente, nomeou um novo governo que consistia em sete membros e determinou ao Sr. Boisset que recrutasse 150 voluntários e comprasse a crédito 2000 rifles. Eles disseram que não havia mais presidente e que Cunani era simplesmente uma colônia livre que pedira proteção à França. Jules Gros não aceitou essa situação e dispensou todos os integrantes da “legação de Cunani”. Ele queria continuar como o soberano da “sua” república. A República do Cunani encontrava-se, portanto, em “guerra civil”. Jules Gros criou uma nova bandeira para mostrar a sua resistência contra o partido de Guigues e para marcar sua posição sólida. Era um desenho simples, vermelho e preto. Posteriormente, acrescentou-se uma estrela de cinco pontas.



Jules Gros criou uma nova bandeira para Cunani em fins de 1887.

O primeiro desenho não incluía a "Estrela de Cunani" de cinco pontas.

Enquanto tudo isso acontecia na França, a situação na selva da Guiana modificara-se. Paul Quartier, que permanecera em Cunani, havia sido banido, e Trajano, que concordava com a França e não queria independência, recuperou influência. Guigues e Gros não sabiam disso e se reconciliaram quando alguns investidores em potencial surgiram em Paris. O Sr. Browne e o Sr. Grathwohl eram empresários ingleses, de Londres, que não conheciam a história de Cunani. Eles persuadiram o financista londrino James Morisson Burnup a formar uma empresa e investir seu dinheiro no direito de explorar as riquezas da “Guiana Independente”. Bruno Fuligni, em seu livro *L'état c'est moi*, explicou:

No dia 2 de janeiro de 1888, Jules Gros assinou o contrato proposto pela 'Guiana Syndicate Ltd.' ... Os britânicos obtiveram direitos exclusivos da exploração de toda infraestrutura, presente e futura, dos portos: faróis, pontes, estradas de ferro, telégrafos e telefones e de isenção de tributos para todas suas atividades...

Esse contrato transferiu todo o poder sobre o território para a *Guiana Syndicate Ltd.* por 99 anos. No entanto, Jules Gros estava satisfeito. Ele manteve seu título, seu posto estava garantido e lhe foi concedido um provento anual de 15.000 francos.

O homem mais importante no consórcio era Alexander McDonald. Após a celebração do contrato, ele quis visitar Cunani. No dia 31 de maio de 1888, ele deu início a sua viagem, acompanhado por Guigues e três outros. Jules Gros (“Monsieur le Président”), sua esposa, seis filhos,

o secretário pessoal de Sua Majestade e alguns amigos íntimos também deixaram Paris no dia 8 de julho de 1888 para inspecionar seu país, que nunca haviam visto antes. Julho era um bom mês para fazer uma viagem, porque de julho a outubro é a época seca nessa parte da América do Sul. Eles embarcaram no *Medway*, em Southampton, e chegaram a Bridgetown, em Barbados, depois de 13 dias. Entretanto, a chegada à América do Sul os deixou frustrados e desapontados. Na capital da Guiana Britânica, Demerara, Gros descobriu que a Amazônia não era o El Dorado que ele esperava encontrar. E, em Cayenne, McDonald descobriu que a França não reconhecia nenhuma República do Cunani e que tinha sido enganado. Esse foi o súbito e inglório fim da primeira República do Cunani. Jules Gros e sua família voltaram à França. Até sua morte, em 30 de julho de 1891 (dezembro de 1889 em outras fontes), ele se considerou presidente do país que foi descrito pelo *Journal des Voyages* da seguinte forma:

A República do Cunani foi uma república parisiense limitada ao leste pelo subúrbio de Montmartre, ao oeste pela Rue Drouot, ao sul pelo teatro Vaudeville e ao norte pelo Café Madrid. Nessa parte do mundo foi criada, viveu e morreu.

.....

*A primeira presidência de Adolphe Brézet
(Outubro 1892 – Dezembro 1894)*

A PÓS A MORTE DE JULES GROS, Cunani foi governado por um “Conselho Geral”. O presidente do Conselho era o capitão Trajano Benítez e o capitão Vasconcelos tornou-se o vice-presidente. Não houve notícias sobre Cunani nos anos seguintes até 2 de outubro de 1892, quando um soldado francês da guarda republicana em Cayenne foi nomeado presidente pelo Conselho Geral. Esse homem era o Adolphe Brézet de Paris, de 26 anos de idade. Não há fotografias do novo presidente de Cunani, mas uma descrição feita por um certo Sr. Aubry foi publicada no jornal *Le Temps*:

O chefe do Estado do Cunani é um grande cavalheiro, de aparência pálida, físico esbelto e bigode preto. Tem menos de 40 anos e impressiona por sua discrição. Dois olhos castanhos, suaves e sonhadores, iluminam sua face escura e revelam uma inteligência incomum. Seus gestos são reservados, quase tímidos... Monsieur le Président estava vestido com uma longa túnica preta, com uma gravata preta, tudo em preto, salvo uma espetacular roseta verde na botoeira...

O barão Marc de Villers Du Terragne, em seu livro *Rois sans couronne* (1906), citou o governador da Guiana Francesa que descreveu Brézet em 1903 de uma forma um pouco diferente:

... uma pessoa gentil e tímida, com educação limitada e, sem dúvida, inteligência limitada, visivelmente possuída por algum tipo de vaidade especial, por delírios de grandeza que a fazem buscar a satisfação infantil de ser visto como pretendente

por alguns simplórios. Essa vaidade o impede de fazer qualquer trabalho sério e foi a responsável pela perda de todas as posições que ele sucessivamente ocupou. Em suma, considero-o um aventureiro relativamente inofensivo...

Bruno Fuligni resumiu sua descrição de Adolphe Brézet da seguinte forma:

... uma boa série de selos postais, uma constituição vagamente imperial, uma atividade febril e alguns negócios escusos e obscuros em Cayenne, Paris, Londres e Madri: os feitos do novo presidente são tão triviais quanto sua personalidade.

Adolphe Brézet proclamou a constituição de Cunani em 5 de outubro de 1892. Seguiu-se o anúncio sobre a organização de um serviço postal (de acordo com a *Écho de la Timbrologie*, de 31 de março de 1921) em novembro ou dezembro de 1892. Foi impressa em francês em um papel com o seguinte cabeçalho: “Liberdade/8ª Secretaria/Correios e Telégrafos/1ª remessa/Estado Livre do Cunani/Justiça”. A tradução do documento é a seguinte:

O Conselheiro do Estado, Secretário dos Correios e Telégrafos para o governo do Cunani informa aos serviços interessados que a reorganização do serviço postal do Estado Livre avança tanto nacionalmente quanto no que diz respeito às relações de seus departamentos com outros países. Tudo será organizado e entrará em vigor no dia primeiro de janeiro próximo (= 1893, o autor). As tarifas aplicadas serão as da União Postal Universal. Determinamos às agências de correio de Cunani para que não procedam à distribuição de correspondência e encomendas enquanto o serviço de registro postal não estiver garantido. Os serviços postais de Cunani processarão a correspondência estrangeira em bases de reciprocidade. Telegramas devem ser mandados para Cayenne. Um navio a vapor permite comunicação ágil entre a Europa e o Estado Livre do Cunani juntamente com as Guianas Francesa, Holandesa e Inglesa, bem como com outros estados americanos e com as Antilhas.

Conselheiro do Estado, Secretário dos Correios e Telégrafos
Conde Ch. de Douhet de Mondérand.

É interessante observar que nenhum selo postal de Cunani em especial é mencionado neste comunicado.

Não está claro se esse documento não datado apareceu ao fim de 1892, como afirmado pela *Écho de La Timbrologie*. Frederick Melville, em seu livro *Phantom Philately*, referiu-se ao ano de 1904 quando citou esse documento e escreveu: “...*Três exemplares de selo estavam anexados à circular, com a seguinte informação: Exemplares da série de selos de Cunani que entrarão em uso em 1^a de janeiro de 1905*”. Essa afirmação não pode ser confirmada. Talvez o documento tenha sido usado diversas vezes. Boa parte da confusão é devida às duas presidências de Adolphe Brézet, que foi dispensado em 1894, mas retornou em 1901 para proclamar uma nova República do Cunani. Durante sua primeira presidência, Adolphe Brézet procurou obter reconhecimento de outras nações do “Estado Livre do Cunani”, como ele chamava o país, segundo alguns uma imitação do “Estado Livre de Orange” africano. Em 1893, ele emitiu alguns selos postais de Cunani na esperança de que seriam aceitos pela União Postal Universal (UPU) ao final daquele ano.

.....

*Segunda e terceira emissões de selos do Cunani
(Janeiro e Junho 1893)*

A SEGUNDA EMISSÃO de selos do Cunani não é nem um pouco clara. De acordo com Chapier (*Timbre de Fantaisie*, 1963), essa emissão consistiu em selos com o mesmo desenho da primeira emissão, mas com um valor de 5 cêntimos em vez de 25 cêntimos, impressos em papéis coloridos. Chapier evidentemente baseou sua listagem no artigo citado abaixo, publicado na *Écho de la Timbrologie* em 31 de março de 1921, que foi escrito por um autor anônimo usando o pseudônimo de “Protágoras”. O parágrafo correspondente do artigo é:

Selos postais foram emitidos um pouco mais tarde, primeiramente consistindo de belos selos gravados do primeiro tipo, com um valor de 5 cêntimos, impressos em papéis coloridos, cada cor indicando um setor postal.” (L’émission de timbres suivit peu à près, c’était d’abord le joli specimen de gravure du premier type, la valeur était de 5 cents tire sur papier de plusieurs couleurs, chaque couleur étant destine à une division postale).

A *Écho de la Timbrologie* publicou esse parágrafo após apresentar a proclamação de Brézet de uma constituição (5 de outubro de 1892) e depois da reimpressão do documento que anunciava a reorganização do serviço postal (emitido em novembro/dezembro de 1892). Portanto, “*um pouco mais tarde*”, na primeira oração do parágrafo citado, significa “no início de 1893”. As palavras “*selos do primeiro tipo*” parecem indicar que

a segunda emissão de selos do Cunani consistia de selos com o primeiro desenho. O “primeiro desenho” que foi usado para a primeira emissão de selos do Cunani é basicamente identificado por cruces nos quatro cantos e pela falta do ano no centro.

Dessa forma, se acreditarmos em Chapier e na sua fonte, os selos da segunda emissão têm cruces nos quatro cantos, não têm ano no centro, têm o valor de 5 cêntimos (inscrição não invertida) e foram impressos em papéis coloridos. Infelizmente, tais selos jamais foram vistos.

Chapier oferece um formato ampliado (“*au type de 1887, em format supérieur et avec la valeur modifiée 5c. au lieu de 25 c.*”), mas esse formato ampliado não foi mencionado no artigo da *Écho de la Timbrologie* mencionado por ele. Além disso, a “*Fig. 133*” de Chapier, que deveria ilustrar um dos selos da segunda emissão, simplesmente mostra uma cópia de 25 cêntimos da primeira emissão.

Se Chapier tivesse consultado a primeira fonte que listava os selos do Cunani, ele possivelmente teria reescrito suas listagens. Essa fonte é a revista francesa *Le Timbre-Post*, edição número 370, de outubro de 1893. Uma carta datada “Pará, 30 de julho de 1893”, de Aldo Brézet, irmão do presidente de Cunani, Adolphe Brézet, para “Monsieur F. B. Moens”, de Bruxelas, está reproduzida na página 122. A maioria dos autores que escreveram sobre os selos do Cunani referiram-se a essa carta, mas, infelizmente, não ao original em francês, mas à primeira reimpressão na língua inglesa, que foi publicada no *Philatelic Journal of America* em novembro de 1893.

Um exame mais cuidadoso da carta original em francês revela que a tradução em inglês do prof. G. Reymond é diferente da original em alguns detalhes importantes. Por exemplo, Brézet não escreveu “de Iowa/EUA”, como está escrito no artigo em inglês, mas “do Pará no Brasil” (isso é importante porque aparentemente grande parte dos negócios filatélicos era feita naquela cidade); ele não escreveu a pedido de um Sr. “Antimes”, mas do Sr. Antunes (um nome que curiosamente aparece nos envelopes do Cunani); os selos oficiais mencionados não foram emitidos em agosto, mas “no mês passado” (*le mois dernier*), que foi junho de 1893, e, muito curioso, o fechamento de aspas da citação da carta de Brézet está errado. O *Philatelic Journal of America* citou as descrições de diferentes emissões de selos do Cunani como sendo parte da carta de Brézet, mas elas simplesmente representam os comentários feitos pelo *Timbre-Poste*. Brézet so-

mente anexou exemplares de selos à sua carta, mas não fez comentários a seu respeito. Portanto, é útil consultar a fonte mais antiga para identificar o que significam a primeira, a segunda e a terceira emissões dos selos do Cunani.

O *Timbre-Poste*, ao descrever a primeira emissão, ilustrou uma cópia de 25 cêntimos, mas descreveu de forma errada o valor como “5c – c5”. O valor de 5 cêntimos, no entanto, só existe somente no segundo desenho. O erro do *Timbre-Poste* foi o início da confusão sobre uma segunda emissão, que supostamente consistia em selos de 5c com o primeiro desenho. Como dito anteriormente, tais selos são desconhecidos até hoje.

O desenho utilizado para a segunda e a terceira emissões é similar ao da primeira emissão com algumas diferenças evidentes: a estrela ao centro é maior e o ano “1893” foi acrescentado abaixo da palavra “LIBERTÉ”. As linhas da moldura dupla não se estendem por cima dos pontos de intersecção exteriores. As cruces diagonais nos quatro cantos foram substituídas por pontos simples, dos quais o do canto inferior esquerdo é praticamente invisível. Na moldura inferior, está inscrito “5C – C5”, o que indica um valor de 5 cêntimos. A razão para essa grafia estranha não está clara. Outra grafia também é estranha: na moldura esquerda, lê-se “REPU DU” em vez de “REP. DU”. “Repu” não é uma abreviação existente para “République”; também era utilizada nos carimbos postais do Cunani.

A segunda emissão, de janeiro de 1893, é representada no *Timbre-Poste* por uma ilustração do selo redesenhado (com a data de 1893 incluída no centro e pontos em vez de cruces nos quatro cantos), que, de acordo com quase todas as fontes filatélicas, supostamente caracteriza somente a terceira emissão de junho de 1893. No entanto, como pode ser visto a partir do texto e da ilustração no *Timbre-Poste*, a segunda emissão de selos do Cunani também consistiu em selos redesenhados. Eles eram impressos com tinta preta em papéis coloridos, cada cor representando um distrito postal diferente. As cores dos papéis e os distritos postais são (as cores descritas por Chapier foram acrescentadas entre parênteses para comparação):

(1) Caciporé: magenta (violeta escuro). (2) Calçoene: faltando (vermelho) (3) Curipi: branco (azul violeta). (4) Lagune (=Amapá): verde (verde). (5) Sainte-Marie (=Cunani): laranja (laranja). (6) Ouassa: azul-claro (azul escuro). (7) Rocaoua: faltando (branco).



Uma seleção de selos do Cunani redesenhados da 2ª emissão. São características: o acento sobre o último "r" de "Liberté", um pequeno pingo sobre o "i" e um ponto após "Repu.". Os selos foram obviamente impressos de uma matriz de madeira ou borracha.

A terceira emissão, de junho de 1893, foi descrita pelo *Timbre-Poste* da seguinte forma:

Não encontramos diferenças entre os selos que supostamente foram emitidos em junho de 1893 e aqueles de janeiro do mesmo ano exceto que há um selo a mais: 5 cêntimos impressão preta no papel vermelho para o distrito de Calçoene... [Os selos] não possuem resíduos de goma apesar de terem sido usados, e o papel dos selos de 1887 é idêntico ao papel dos selos de 1893.

Isso indica que o desenho básico dos selos (redesenhados) da segunda (janeiro de 1893) e da terceira (junho de 1893) emissões é o mesmo. Ambas as emissões somente diferenciam-se pelo papel. A terceira emissão, de junho de 1893, foi supostamente impressa em papel brilhante. A fonte mais antiga, mencionando a segunda emissão, consistindo em selos de 5 cêntimos em “papel não esmaltado” colorido, veja abaixo é uma carta do tipógrafo A. Naerum, que foi publicada em 1908. Ele declarou ainda que

a terceira emissão foi impressa em “papel esmaltado”. Os vários papéis não foram mencionados no *Timbre-Poste* de outubro de 1893.

Em agosto de 1893, os seis selos tiveram uma sobreimpressão de “PRESIDENCE” em preto para serem utilizados como selos oficiais. Isso causou suspeita entre os filatelistas. O *Timbre-Poste* escreveu em outubro de 1893: “*Os selos da Presidência estão disponíveis, como vemos, em 6 cores. Por quê? Não existe motivo algum para isso. Devemos dizer que esses selos não nos parecem confiáveis, apesar de obliterados de várias formas?*”



Duas cópias com sobreimpressão de "PRESIDENCE" para uso oficial.

Diz-se que foram impressos aproximadamente 200 exemplares de cada cor. Esse número refere-se aos selos redesenhados e inclui os oficiais com “PRESIDENCE”. Somente uma pequena parcela existe até hoje. Em várias fontes, diz-se que cinco cores dos selos redesenhados foram lançadas em janeiro de 1893, com uma sexta cor (número 2 para Calçoene) incluída em junho, e os selos para o número 7, Rocaoua, faltando.



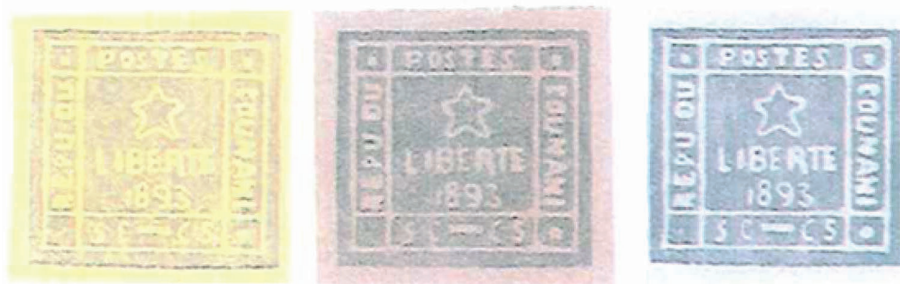
São conhecidos selos do Cunani com várias obliterações estranhas.

Uma vez que muitas fontes mais antigas são inconsistentes a esse respeito, é impossível decidir qual é a verdade. Citando Harry F. Rooke: “*Sendo toda essa questão ilusória, não há necessidade alguma de se preocupar com essas cores, ainda mais que algumas foram impressas (ou reimpressas) em entretons*”.

Dois tipos (ou falsificações) de selos redesenhados são conhecidos. Harry F. Rooke escreveu na *Cinderella Philatelist* de abril de 1971:

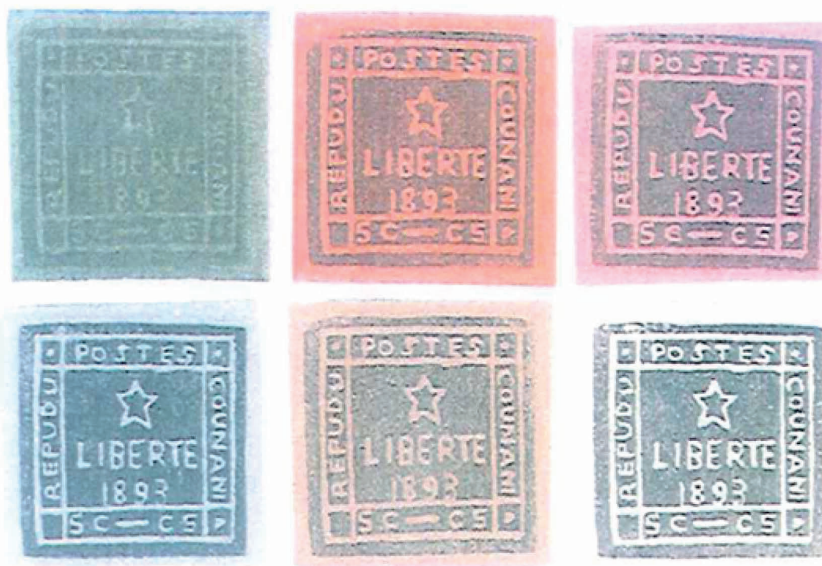
As impressões (das imitações) são superiores às originais, e existem em uma gama de papéis coloridos, alguns deles gomados. Também como nos originais, existem impressos do tipo ‘cabeças opostas’, provavelmente devido a uma única matriz ter sido usada no processo ‘tira-retira’. Novamente, o ‘pingo do I’ e o ‘acento do E’ estão faltando em LIBERTÉ, assim como o ponto após REP. E o ponto (desbotado nos originais) no canto sudoeste da moldura. Como na maioria das ilustrações faltam essas mesmas características, o imitador obviamente usou uma delas como modelo.

(Nota: Deve ler-se: “...o ponto após REPU. e o ponto...” porque a palavra “République” só foi corretamente abreviada “REP.” na primeira emissão).



Essas “imitações” (da coleção de David Stirling/Reino Unido) são provavelmente produtos modernos. Estão faltando acentos e a moldura externa é muito uniforme.

As características específicas do segundo tipo de imitações são a falta de espaço entre “REPU” e “DU” e a forma das letras em geral, especialmente os numerais, que podem ser chamados de “seminegrito” nos “originais” e “normal” nas “imitações”. Além disso, o ano “1893” encosta na moldura inferior nas “imitações”, e as pontas da estrela são agudas enquanto nas originais elas são arredondadas.



Uma gama de cópias com letras "normais" em vez de "seminegrito". Esses representam o segundo tipo de selos de imitação (da coleção de David Stirling/Reino Unido). Um selo verde desse tipo foi encontrado em um envelope carimbado com a data Agosto 1895 (ilustrado na página 55). Isso indica que os selos existiam naquele mês e, portanto, não são produtos modernos, supondo que o envelope seja legítimo.



Selos legítimos (primeira fileira) comparados com dois tipos de imitação. Imitação Um (segunda fileira) não tem acentos e foi impressa e não prensada manualmente usando uma matriz de madeira ou barracha. Imitação Dois (terceira fileira) é claramente diferente com estrelas de pontas agudas, letras normais e data encostando na moldura.

Em alguns casos, os selos do segundo desenho (segunda e terceira emissões) foram evidentemente usados nas postagens saindo de Cunani. Esses envelopes ou cartões-postais são extremamente raros hoje em dia.

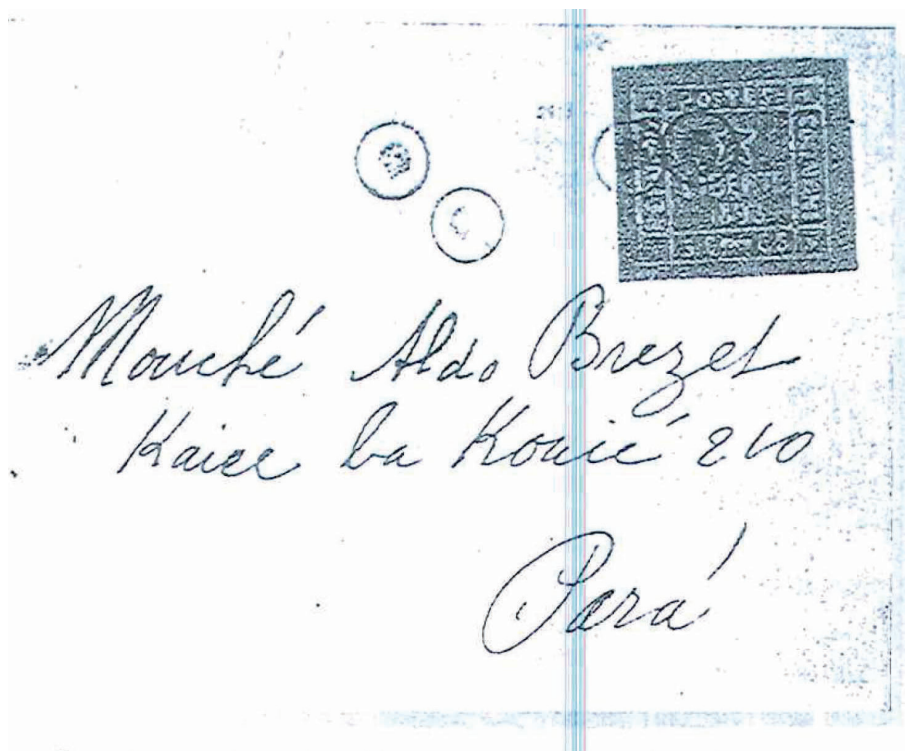
A data mais antiga que foi registrada para os selos redeseenhados é um cartão-postal datado 2 de setembro de 1893, com “*uma etiqueta primitiva ‘République Du Counani’ com uma estrela de cinco pontas ao centro e a inscrição ‘Liberté 1893’*” (“*une carte postale datée du 2 Septembre 1893 émanant du Counani et revêtue de La primitive vignette ‘République du Counani’ avec au centre l’étoile à cinq branches et La légende ‘Liberté’ 1893*”). Esse cartão postal foi mencionado, mas não ilustrado, por René J. Beaudoin na *Écho de la Timbrologie* número 918 de 31 de março de 1934.

Um envelope, em uma ilustração como exemplo de uma carta legítima de José Joaquim Marinho em seu livro *Amazônia: nossos selos*, está franqueado com um selo verde de 5c, ou seja, originário do distrito litorâneo de Lagune (=Amapá), e é endereçado a “Edmundo ...ns de Andrade/Escola Militar/Capital Federal”. O envelope possui um carimbo de chegada “Rio de Janeiro 8 Ago 95” e tem outro carimbo circular “Ambulante” da mesma data. O selo de postagem está vinculado ao envelope por uma obliteração de três linhas “POSTES/REPU. DU COUNANI/LIBERTÉ”. Uma obliteração circular “T” indica franquia insuficiente. O selo de 5 centimos é uma cópia com letra normal que é claramente diferente das inscrições em seminegrito dos originais. Se as “imitações” não são variantes, mas falsificações, naturalmente o envelope também é falso. Entretanto, as marcas de chegada do Rio de Janeiro de 8 de agosto de 1895, mostram que as “imitações” de 1893, sejam falsas ou legítimas, ainda eram utilizadas em agosto de 1895 (veja ilustração na página 55).

Outro envelope interessante é franqueado com um selo cinza-azulado do tipo original, ou seja, com letras em seminegrito, vinculado ao envelope por pequenos carimbos circulares. A cor do selo revela que o envelope foi mandado do distrito de Ouassa. Isso é especialmente interessante por causa do seu endereço que é: “Mouché Aldo Brezet/Kaice BA Konie 210/Pará”. Como mencionado anteriormente, Aldo Brézet era o irmão do segundo presidente de Cunani, Adolphe Brézet, e autor da carta acima mencionada de julho de 1893 para J.B. Moens. O envelope não é datado. Foi oferecido no leilão de Cherrystone em Nova Iorque em dezembro de 1993 (Lote número 2813) e foi estimado em 250 dólares (veja ilustração na página 56).



Um envelope raro com um selo do Cunani da terceira emissão.
Tem marca de chegada do Rio de Janeiro de 8 de agosto de 1895.



Esse envelope é endereçado a Aldo Brézet, irmão do presidente do Cunani, Adolphe Brézet, que evidentemente morava no Pará/Brasil.

Um cartão-postal pré-franqueado novo com um selo impresso no valor de 5c (tipo de imitação com letras normais) é apresentado no livro de Marinho. Outro cartão-postal endereçado com a impressão de um selo de 5c (segunda ou terceira emissão) e um selo de 15c da quarta emissão é descrito abaixo.

Adolphe Brézet lutou pelo reconhecimento de sua república. Em 25 de fevereiro de 1893, o governo do Cunani remeteu uma nota de protesto para Émile-François Loubet, ex-ministro do Interior da França que tornou-se presidente da França em 1899. A nota apresenta um grande número de obliterações e várias assinaturas ilegíveis e é datada “o 11^a mês do ano XXVII da independência”. A nota explicava que o Cunani concorda em “*aceitar uma fronteira entre a França e o Brasil, mas unicamente as fronteiras do Cunani com ambos os países.*” O ano “XXVII da independência” não é claro. Significaria 1866 que é uma data muito pouco plausível.

.....
A quarta emissão de selos de Cunani
(Setembro 1893)

ALDO BRÉZET, em sua carta a J.B. Moens acima referida, reclamava do péssimo acabamento dos selos de Cunani e anunciou uma quarta emissão de selos:

... logo, uma nova série com acabamento muito melhor será lançada. Consistirá em:

- 1) Selos de 1, 2, 5, 10, 20, 25, 50 cêntimos, 1 bengali
- 2) A pagar, 5, 20, 50 cêntimos, 1 bengali
- 3) Selos registrados, 25, 50 cêntimos
- 4) Envelopes, 5, 10, 25 cêntimos
- 5) Cartões postais, 5, 10, 25 cêntimos

O Bengali é equivalente a 10 dimes, 100 cents ou 1 franco.

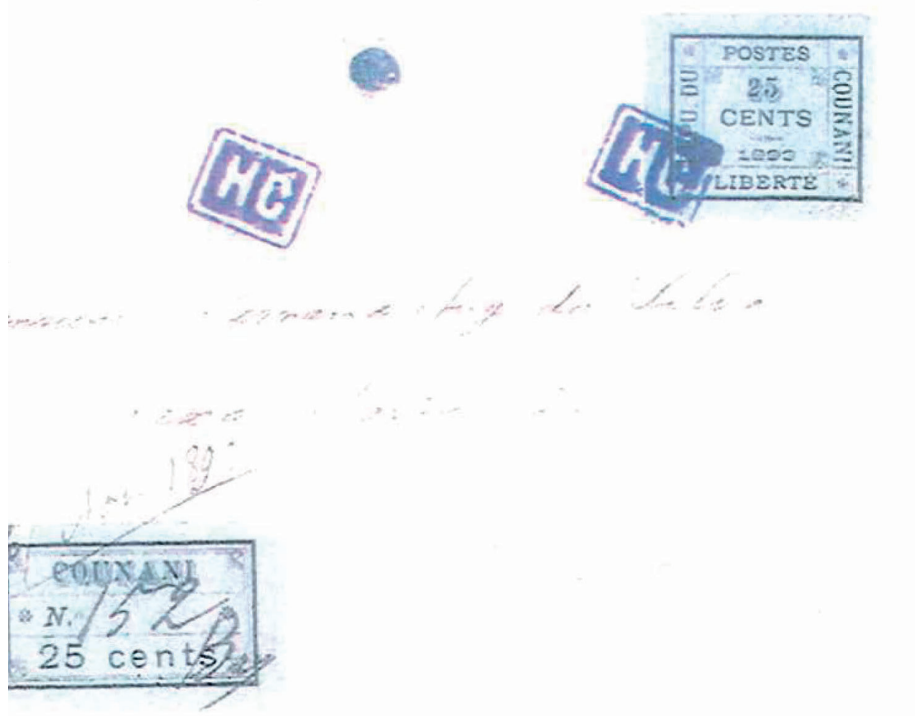
Esses selos foram supostamente emitidos em setembro de 1893. Foi a primeira vez que selos perfurados foram lançados por Cunani. Os selos tinham as letras compostas e um desenho comum que lembrava, em grandes linhas, as emissões anteriores, mas que foram impressos com letras pretas em papéis de tons pastel, ao contrário do desenho invertido anterior. As inscrições das molduras à esquerda, superior e direita permanecem idênticas, mas a palavra “LIBERTÉ” localiza-se agora na moldura inferior. A estrela e a palavra “LIBERTÉ”, que se encontravam no centro dos selos da segunda e terceira emissões, foram substituídas pelos algarismos do valor e da moeda com o ano “1893” em menor tamanho abaixo. Os pontos nos quatro cantos foram substituídos por pequenos asteriscos. A qualidade da impressão e a aparência da quarta e de todas as futuras emissões dos selos de Cunani indicam que tais emissões não foram impressas na Guiana tropical, mas na Europa.

As cores dos papéis dos selos são: 1 cêntimo pardo, 2 cêntimos rosa, 5 cêntimos de rosa – claro a carmim, 10 cêntimos salmão, 15 cêntimos cinza a azul-claro, 25 cêntimos azul acinzentado com fibras no papel, 50 cêntimos azul, 1 bengali verde-claro. Os selos com postagem a pagar têm a inscrição “Cunani... cents a percevoir/ Postes”. As cores desses selos “a pagar” são listados por Chapier, que afirma que o valor de 5 cêntimos é cinza, 20 cêntimos é pardo, 50 é azul e 1 bengali é verde brilhante. Não está incluso na lista de Chapier o selo a pagar de 30 cêntimos impresso em preto sobre papel pardo e ilustrado na página seguinte.



Os selos da quarta emissão de Cunani foram impressos em folhas de quatro (dois pares se-tenant com denteado tipo 11). Os exemplares da ilustração (da coleção de Jim Czyn/EUA) mostram que as folhas não tinham margens. Logo abaixo, há dois exemplares de selos com postagem “a pagar”, muito raros.

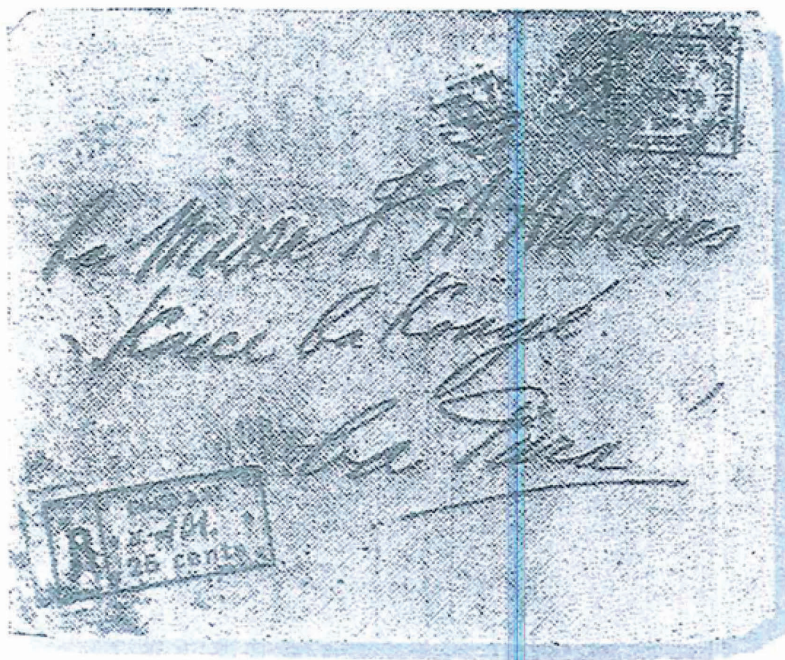
Conhecem-se alguns poucos envelopes com selos da quarta emissão. O mais interessante deles – porque tem data – é um envelope endereçado ao “Monsieur Fernando Aug. da Silva/ Caixa Postal 261/ Pará/ Brésil”, o qual está franqueado com um selo de 25 cêntimos e mais um selo de registro de 25 cêntimos (nº 152) que mostra a data manuscrita (26/ Nov/1893). O selo está obliterado por um “HC” dentro de um retângulo. Este envelope atualmente faz parte da coleção de Jim Czyl/EUA.



Outro envelope, igualmente obliterado, com o registro nº 101, é endereçado a “ba Massa J.A. Antunes/ Kaice ba koagé/ ba Pará”, mas sem data. A obliteration do selo no envelope é pesada e primitiva. Esse envelope pertencia à coleção de Curcino Silva, do Brasil.

Um terceiro envelope foi endereçado a mesma pessoa e foi obliterado com um selo de 50 cêntimos (sem selo de registro). Lê-se no endereço “ba illust. Massa/José J. Antunes / Kaisse ba Kaicé 7c/ Pará”. O selo está obliterado da mesma forma que o descrito acima. O envelope é

(ou era?) parte da coleção de José Hurley, do Brasil. Ilustrações dos dois envelopes "Antunes" apareceram na revista brasileira *Pará Filatélico* nº 1, maio de 1934, nas páginas 6 e 7. Um Sr. M. F. Antunes era amigo de



Os dois envelopes "Antunes". O sr. Antunes era amigo de Aldo Brézet

Aldo Brézet, irmão do presidente Adolphe Brézet. Foi Antunes quem inspirou Aldo Brézet a escrever a carta acima mencionada a J. B. Moens. Brézet escreveu do Pará onde ele e Antunes obviamente viviam. Suspeita-se que ambos estiveram envolvidos nas atividades filatélicas de Cunani, pois a carta de Brézet para Moens é a fonte mais antiga que menciona os selos postais de Cunani.

Esses três envelopes foram endereçados ao “Pará”, cujo nome correto é “Belém do Pará” porque Pará é o nome do estado brasileiro, e sua capital é Belém. Eles mostram que o custo postal simples para uma carta de Cunani ao Pará/Brasil era de 50 cêntimos, e que os selos estavam em uso em novembro de 1893.

Na página 57 do livro de José Joaquim Marinho acima mencionado, existe a ilustração de um cartão-postal muito interessante. É um cartão-postal brasileiro ilustrado com uma franquia de 80 réis com ilustração impressa no lado do endereço. O desenho desse cartão-postal – também lançado como carta-postal – foi emitido normalmente em 6 de março de 1891. Na ilustração vê-se uma folha de palmeira e a baía do Rio de Janeiro com o famoso Pão de Açúcar. A ilustração e o selo brasileiro impresso são sobretaxados por carimbos de selos do Cunani. Do lado esquerdo, existe o carimbo de um selo de 15 cêntimos da quarta emissão (impressa) ao lado de um carimbo de um selo de 5c da segunda ou terceira emissão. Partes da ilustração do cartão-postal e do selo brasileiro impresso podem ser vistos através dos carimbos, evidenciando que não foram usados selos adesivos, mas carimbos com seus desenhos. Abaixo desses carimbos de selo, existe uma obliteração de três linhas “Postes/Repu. D COUNANI/ Liberté”. O cartão-postal é endereçado ao “... Sr./ Carl Sack/ Berlin N/ Chausseestr. 39/ Alemanha”. A obliteração “T” (= taxa) indica que a postagem de 20 cêntimos não era suficiente para um cartão-postal de Cunani à Alemanha (veja ilustração na página 62).

Portanto, considerando o negócio de selos, 1893 foi um ano muito produtivo para o “Estado Livre do Cunani”. Os selos da quarta emissão foram supostamente impressos em Londres, mas o público europeu não tomou conhecimento disso. Alguns exemplares, conforme relatos, chegaram até o “Estado Independente da Guiana” ou “República do Cunani” para ali serem usados.

É interessante observar que os selos da quarta emissão se tornaram conhecidos no mundo filatélico somente sete anos depois, quando foram noticiados pela *Timbre-Poste* e pelo *Stanley Gibbons Monthly Journal* em meados de 1900 (publicação nº 122, de 31 de agosto de 1900). Nesse ano, evidentemente, foi feita uma nova tentativa de dar visibilidade a esses selos que ficaram despercebidos sete anos atrás.



Um cartão postal Brasileiro ilustrado contendo o carimbo de dois selos de Cunani. Partes da ilustração do cartão postal podem ser vistos através dos "selos", o que indica que não foram usados selos adesivos do Counani, mas carimbos de selo

Entretanto, no ano de 1893, Cunani teve que enfrentar um desafio de verdade que frustrou as esperanças de Brézet e de seu gabinete por um desenvolvimento próspero de seu país: o “El Dorado” foi descoberto na região, atraindo milhares de aventureiros para a área em disputa.



Existem reimpressões falsas dos selos da quarta emissão em azul sobre papeis coloridos (ex: coleção de David Stirling)

.....

A corrida do ouro

CLÉMENT TEMBA, crioulo de Caiena, foi o primeiro aventureiro que descobriu ricos depósitos de aluvião de ouro perto das cabeceiras do rio Calçoene. Ele alegadamente conseguiu “200 quilos de ouro, no valor de 687 mil francos”. No entanto, as descobertas dos irmãos Germano e Firmino Ribeiro causaram a verdadeira invasão de aventureiros à região. A história dos irmãos Ribeiro é típica dos garimpeiros daqueles tempos. Os irmãos afirmaram que tinham tido uma visão em que Santo Antônio recomendou-os a seguir o rio Calçoene na direção Oeste, subir sete cachoeiras e seguir até o pé de uma montanha onde descobririam ouro. Isto foi um bom conselho, pois, no final de 1893, após uma perigosa viagem, eles realmente encontraram grandes quantidades do minério precioso no pé de uma montanha que eles chamaram de “Esperança”.

Em 1894, surgiram notícias de descoberta de ouro em todas as partes da região. Por exemplo, foi relatada a descoberta de 2,5 toneladas a partir de campos de ouro de Lourenço, 850 quilogramas de Temhat, 630 quilogramas de Sanaugoon, 440 quilogramas de Vitaló... de acordo com o Dr. Sílvio Meira, em seu livro *Fronteiras Sangrentas – Heróis do Amapá* (1975), Caiena exportou 4,385 toneladas de ouro em 1894. Não sabemos se esses valores estão corretos, mas também Georges Brousseau, no seu livro *Le Territoire Contesté Franco-Brésilien* (1899), mencionou uma produção média de 100 quilogramas por mês.

Após essas descobertas, nem Paris, tampouco Rio de Janeiro podiam se dar ao luxo de deixar que a região permanecesse uma “terra de ninguém” entre o Brasil e a colônia francesa. De acordo com um relato brasileiro, em menos de um ano, pelo menos dez mil pessoas, antilhanos, fran-

ceses, norte-americanos e hispano-americanos correram para o território em disputa a fim de chegar ao “novo El Dorado”. Esses estrangeiros estavam alegadamente perseguindo os índios, escravizando as mulheres e aterrorizando os exploradores. Os franceses descreveram o assunto de maneira diferente. Falavam de “colonizadores e exploradores” franceses de um lado e de outro seis mil brasileiros a procura de ouro. Inevitavelmente, as duas partes entraram em atrito. Eugênio Voissien, o representante francês na área em disputa, proibiu os garimpeiros brasileiros de adentrar os campos de ouro. Isso levou a uma insurreição liderada por Francisco Xavier da Veiga Cabral (“Cabralzinho”), Manuel Antônio Gonçalves Tocantins e Desidério Antônio Coelho, que depuseram Voissien e formaram um triunvirato para administrar a região. No dia 10 de dezembro de 1894, foi proclamado o “Território Independente do Amapá”, também chamado de “República de Cunani”, pró-brasileiro. Os insurgentes deram aos brasileiros livre acesso aos depósitos de ouro e estabeleceram impostos sobre ouro exportado de intermediários originários de Caiena. Por sua vez, M. Charvein, o novo governador da Guiana Francesa, designou outro representante francês para restabelecer o poder francês sobre a região. Esse representante era Trajano Benítez, que anos antes já havia tido um papel na história de Cunani. Trajano instalou o seu “governo rival” no vilarejo de Cunani ignorando o triunvirato brasileiro que tinha sede no Amapá. Durante os seis anos que se seguiram, o território teve dois governos rivais, cada um oficialmente apoiado pelo Brasil e pela França. Ninguém precisava de um presidente aventureiro como Adolphe Brézet. Como consequência, o final de 1894 foi a época em que Adolphe Brézet desapareceu da história do Cunani. Ele reapareceria seis anos depois. Enquanto isso, um certo Albert Franken se considerava presidente do Cunani, mas sobre ele nada se sabe, exceto seu nome.

Em 8 de maio de 1895, a situação se agravou quando o governador da Guiana foi informado que Trajano, o representante francês em Cunani, havia sido sequestrado pelos insurgentes brasileiros. Caiena enviou um destacamento de soldados em uma canhoneira chamada *Bengali* para resgatá-lo de seus captores no Amapá. (É interessante observar que o valor estranhamente alto na quarta emissão de selos de Cunani é também o *Bengali*. Essa palavra é desconhecida nas línguas francesa e portuguesa. Talvez o nome da moeda tenha sido oriundo dessa canhoneira.) Os soldados franceses que estavam a bordo desembarcaram e o capitão Lunier, comandante das tropas francesas, exigiu que o chefe dos guerrilheiros brasileiros lhe devolvesse o refém. Como

resposta, Veiga Cabral, o líder do triunvirato, matou o oficial com um disparo de revólver. Seguiu-se um violento e sangrento combate que deixou sessenta guerrilheiros brasileiros mortos, e, do lado francês, sete mortos e vinte feridos. O refém foi libertado. Esse combate tornou-se conhecido como “o massacre do Amapá”. Depois desse conflito com as tropas francesas, o governo pró-brasileiro do “Território Independente do Amapá” foi desfeito.

Felizmente, para o Brasil, o caso Amapá ocorreu em uma época em que a França não podia se dar ao luxo de ficar atolada nas selvas da América do Sul. Com exceção da Rússia czarista, em 1890 a França praticamente não tinha amigos na Europa, “*desafiando a Inglaterra no Egito e na África Ocidental e... em uma corrida por soberania naval com a Marinha Real britânica, chegando quase às vias de fato em um desentendimento com a Itália, e preparando-se para uma vingança contra a Alemanha*”. No plano doméstico, o “Caso Dreyfus” (1894-1906) foi apenas o mais sério de uma série de confrontos entre autoridades civis e militares. Ao combinarem-se esses fatores com suas fraquezas internas e o isolamento geopolítico na Europa, não é surpresa que a França estava finalmente pronta para resolver a longa disputa pelo Amapá. “*Acreditando que as autoridades em Caiena tinham exagerado, o governo em Paris mostrou-se capaz de compreender*”, escreveu um historiador brasileiro. “*Este grave incidente criou uma atmosfera propícia para arbitragem internacional.*”



O porto de Calçoene, também chamado de Carsevène, em uma foto da década de 1890. Aqui, o ouro das cabeceiras do rio estava sendo transferido para embarcações maiores para ser transportado para Caiena

Ambos os governos concordaram em levar o seu litígio para a arbitragem a Walter Hauser, presidente da Federação Suíça. No dia 1^o de dezembro de 1900, eles assinaram o Tratado de Berna, que concedeu todo o território do Amapá ao Brasil. Entretanto, essa decisão não significou o fim do “Estado Livre do Cunani”. Dois meses mais tarde, Adolphe Brézet entrou em cena novamente para reaver seu cargo de presidente do Cunani. Não sabemos o que ele fez durante os seis anos que se seguiram à sua saída do cargo em 1894, mas novas tentativas para atrair visibilidade para Cunani foram feitas em meados de 1900, quando circularam e foram veiculadas notícias nas publicações de filatelia sobre os selos de 1893.

.....

*A segunda presidência de Adolphe Brézet
(Fevereiro 1901-1908)*

NO DIA 1ª DE FEVEREIRO DE 1901, Brézet formou o novo governo provisório do Cunani. Ele nomeou onze ministros, entre eles Félix Antônio de Sousa, Antônio Napoleão da Costa e João Lopes Pereira, criou um Tribunal Superior, uma Câmara Alta, um Conselho de Estados e outras instituições governamentais, e publicou uma constituição com 37 artigos. Parte deste documento é como segue:

Em nome do povo do Cunani

Nós [observe o uso do plural como os reis e príncipes usavam no passado!], os líderes do governo provisório, criamos a seguinte constituição para regular o Estado Livre do Cunani...

... O território localizado entre o rio Oiapoque, as serras de Tumucumaque e de Parima, os rios Branco e Negro e o rio Amazonas, declara sua independência e forma o estado de Cunani

... O estado é dirigido e administrado por um chefe do governo eleito pela Câmara Alta para um período de dez anos...

... O presidente... é o Comandante Supremo das tropas do Estado Livre de Cunani... que foram criadas para manter a integridade do território

... O Estado Livre do Cunani é um estado católico... outras religiões não serão toleradas



... a bandeira do Cunani tem a forma quadrada, fundo vermelho com uma estrela branca de cinco pontas ao centro. O brasão do estado constitui-se de: uma estrela prateada de cinco pontas no meio. O escudo é envolto por dois ramos, um ramo de carvalho a esquerda e um ramo de louro a direita... o lema do estado é: 'Justice et Liberté' (Justiça e Liberdade). Abaixo do escudo, lê-se em uma fita: 'Je maintiendrai par la Raison ou par la Force' (Manterei pela razão ou pela força.) Outorgado em Cunani, 1^a/12 ano XXV.

(assinado) Uayana Açú.

O documento é assinado por diversos membros-fantasma do governo provisório como “Tamouchy”, “Nagike Kome”, “Japim Chinche”, “Garape Miry “ e outros. “Uayana Assu” é o nome indígena que Brézet utilizou quando assinou os seus decretos como presidente do Cunani. O ano XXV da Constituição não é claro. Normalmente, esse tipo de data se refere ao ano da independência. Isto indicaria o vigésimo-quinto ano de independência, ou seja, 1876. No entanto, isso não corresponde à data da proclamação da primeira república de Cunani em 23 de julho de 1886.

Em 30 de abril de 1902, o governo do Pará formou um conselho para a região, chefiado por Amaro Brasilino de Farias, presidente do conselho, e Félix Joaquim Belfort, Daniel Ferreira dos Santos, e Manuel Agostinho Batista. Eles assumiram suas funções em 15 de maio. Ao mesmo tempo, Adolphe Brézet percorreu os vilarejos do seu “estado” tentando restaurar a república do Cunani. Ele abriu escritórios nos vilarejos da região e distribuiu a sua nova Constituição. O Brasil não ficou feliz com a restauração do “Estado Livre do Cunani”. Daniel Ferreira dos Santos, membro do conselho regional, imediatamente informou ao governo do Pará, que enviou 33 soldados para a região, que em julho de 1902 prenderam três dos ministros de Brézet e alguns simpatizantes. Foram encontrados e apreendidos vários documentos de propaganda escritos em português e francês sobre a restauração da República. Um relatório sobre a viagem de Brézet foi fornecido pela legação do Brasil (supostamente em Paris) em resposta a uma indagação.

É verdade que o sr. Adolphe Brézet andou por esta região. Ele se fez passar, me parece, por um cidadão belga simulando ser

representante dos interesses comerciais de alguns de seus compatriotas e estar recolhendo dados para eles sobre os recursos desse país... Enquanto isso, uma vez que ele abusou de sua autoridade e causou algumas reclamações, o governo [brasileiro] enviou trinta soldados [para a região]... ele foi localizado com dificuldade e concluiu-se que ele não representava quaisquer interesses... nem o governo do Rio nem do Pará nem os habitantes do território Aricari prestaram atenção a esse cavalheiro, e acredito que ele jamais retornou ao Brasil.

Descobriu-se que isso, de fato, foi assim porque Adolphe Brézet continuou com suas atividades a partir de Paris. Ele inventou algumas novas ordens, tais como a “Cruz de Ferro Militar”, a “Ordem Agrícola de Saint-Fiacre”, as ordens de “Notre-Dame de Bon Secours” e “Saint-Espirit” e a “Cruz da Palestina”. Em nome da “*Société des Comptoirs Généraux de Counani*”, ele colocou anúncios nos jornais para convencer engenheiros e arquitetos a emigrarem para o Cunani, onde é “*impossível ganhar menos de 20 francos por dia*”. Em 1906, ele chegou a publicar dois *livres rouges* (livros vermelhos) contendo cerca de 100 páginas cada, com detalhes sobre seu plano de república. E, claro, ele (ou seus colegas) emitiram diversos selos postais.

.....

*O primeiro selo fiscal de Cunani
(Outubro 1903)*

CURIOSAMENTE, provavelmente o primeiro selo emitido durante a segunda presidência de Brézet era um selo fiscal, ou mais precisamente, um selo consular. É um modelo impresso na posição vertical em preto sobre um papel vermelho. Esses selos são não denteados e foram produzidos em folhas de 5x5 exemplares. O desenho tinha uma moldura de linha dupla em toda a volta com inscrições em todos os quatro lados, e quadrados com pequenas estrelas de cinco pontas nos quatro cantos. Na inscrição lê-se “Timbre consulaire” à esquerda, de baixo para cima, “État libre” no topo e “Du COUNANI” no fundo. Na área central, encontra-se a estrela de cinco pontas de Cunani sobre o valor de “1f. 25”. O valor impresso, algumas vezes, estava obliterado por carimbos de borracha, convertendo valor para 2 francos e 50, 5 francos, 10 francos ou 25 francos. Nesses casos, o valor impresso era deletado por uma linha horizontal.



O valor de 1f. 25 do selo consular foi alterado por carimbos de borracha.

A data de emissão dos selos consulares é desconhecida, mas, de acordo com Harry Rooke, “conhece-se um documento de aparência oficial datado em Caiena em 23 de outubro de 1903, com dois selos de 2fr e 50 e um de 5 francos. Esse documento mostra um carimbo perfeitamente circular (em vermelho) que também é visto (geralmente em preto) em exemplares de selos postais da quinta emissão de Cunani, que foram emitidos um ano mais tarde em janeiro de 1905. Na obliteração, lê-se por extenso *ÉTAT LIBRE DU COUNANI/ CONSULATE DE CAYENNE* na moldura, e *LIBERTÉ JUSTICE* no centro com uma estrela entre eles. Além disso, gravado em relevo, no papel, como um “brasão oficial”, está *ÉTAT LIBRE DU COUNANI*, com 60 no centro. Tudo parece muito imponente...” (veja ilustração abaixo)

Talvez pretendia-se usar os selos consulares em passaportes ou em outros documentos governamentais, e por isso foi impresso antes um novo conjunto de selos postais.



Esse documento, com aspecto oficial, tem três selos consulares. Seu valor impresso de 1,25 francos foi convertido em 5 francos (esquerda) e 2,50 francos (meio e direita), respectivamente, resultando em um valor total de 10 francos. Isso não corresponde ao valor de 1,50 que foi recebido (perçu) como indicado no documento. Como a figura disponível representa somente a parte inferior do documento, outras entradas de custas poderiam estar incluídas na parte superior. A data do documento é de 23 de outubro de 1903, e os selos estão afixados ao documento por um carimbo do consulado de Cunani em Caiena. Portanto, acredita-se que os selos foram produzidos em meados de 1903. O documento inclui também o Selo em relevo do “Estado Livre de Cunani”.

.....
*A quinta emissão dos selos de Cunani
(Janeiro de 1905)*

FREDERICK MELVILLE, em seu livro *Phantom Philately*, citou um documento divulgado pelo 8º Secretariado, Correios e Comunicações do État Libre de Counani, que faz referência a uma quinta emissão de selos postais. O documento foi recebido por diversos negociantes de selos em Londres. Estava com data de 1º de outubro de 1904 e anunciava a emissão dos selos postais para 1º de janeiro de 1905. Melville escreveu:

...Anexos ao documento estavam exemplares de três selos, com as informações:

Exemplares da série de selos de Cunani que vão entrar em uso dia 1º de janeiro de 1905.

Selos Postais.

5 cêntimos, verde sobre esverdeado, tamanho pequeno

10 cêntimos, carmim sobre rosa, tamanho pequeno

25 cêntimos, azul ultramarino sobre azulado, tamanho pequeno

50 cêntimos, violeta sobre branco, tamanho grande

1 franco, laranja sobre palha, tamanho grande.

Selos para uso oficial.

Os mesmos valores em amarelo ouro sobre branco (os dois tamanhos)

Selo fiscal

60 cêntimos, carmim sobre branco.

Os selos postais possuem inscrições em todos os quatro lados: “Trésor” (tesouro, à esquerda), “Counani” (em cima), “Postes” (à direita), e um numeral do valor mais “centimes” ou “franc” (parte inferior). Os selos de pequeno valor têm pequenos círculos nos quatro cantos contendo o numeral do valor, os selos maior valor possuem pequenos quadrados. Fora isso, o desenho dos cinco selos é igual. Ele retrata o escudo de Cunani com a estrela de cinco pontas no centro, cercado por uma coroa da qual a parte esquerda consiste de louros e a direita de folhas de carvalho. Um laço conecta os dois ramos embaixo do escudo. Um mistério são os selos para uso oficial supostamente impressos em amarelo ouro em papel branco. Ninguém nunca os viu e suspeita-se que eles nunca foram impressos.

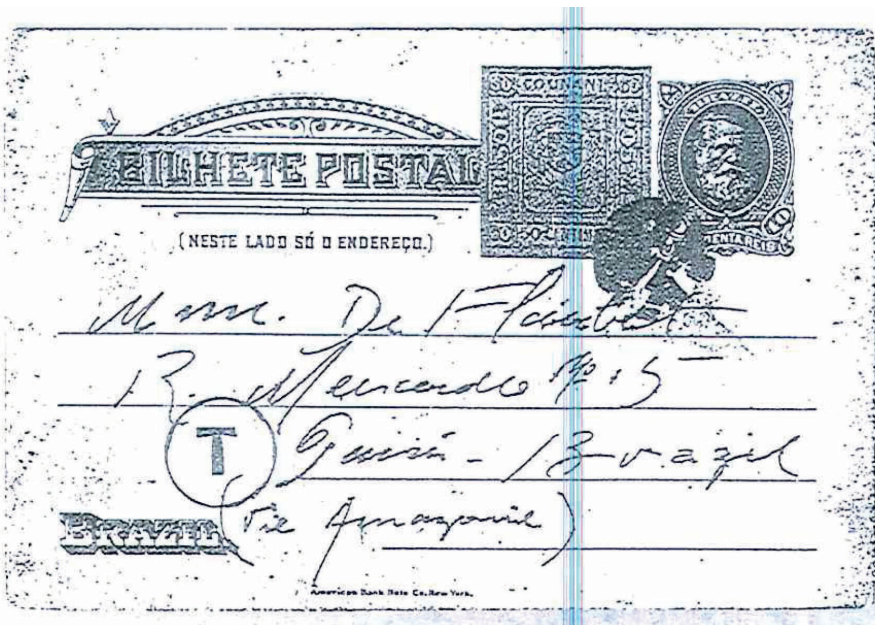
O selo fiscal mencionado no documento é um selo não denteado de 60 centimos em um desenho vertical, impresso em carmim sobre papel branco. Quatro “Estrelas de Cunani” estão em pequenos círculos nos quatro cantos, e uma estrela maior está no centro. Está inscrito no selo “Timbre” (selo fiscal) na esquerda e na direita, e “État libre [p. 78] du Counani” (abaixo). O valor “0,60” sem a indicação de qual moeda, mas certamente indicando centimos, está abaixo da estrela central. Foi noticiada uma falsificação deste selo, em preto sobre papel azul.



Os selos da quinta emissão retratam o escudo de Cunani. Os exemplares das figuras são reimpressões feitas em 1908. A emissão original foi feita em papel colorido. O selo fiscal de 60 centimos (abaixo) também foi anunciado no documento.



Ao que parece, o desenho dos selos da quinta emissão foi feito anos antes. Alguns cartões postais com data de 1894 e 1895 trazem impressos (não selos adesivos) selos com este desenho. Eles estão descritos abaixo. Apenas alguns envelopes e cartões postais com selos adesivos da quinta emissão são conhecidos. Um deles é um cartão-bilhete brasileiro de 40 réis com um selo de Cunani adicional de 50 centavos – cor violeta em papel pardo, mas com impressão mais grosseira do que de costume –, com uma obliteração primitiva na forma de uma pequena mancha circular. Abaixo, à esquerda, está um carimbo com a letra “T” que indica “Taxe”, ou seja, postagem insuficiente. O cartão está endereçado à “Mme. De Flaubert / R. Mercado nº 5 / Pará – Brazil / (vie Amazonie)” e possui no verso um texto, em francês, com Ouassa indicado como o local de sua origem, a qual se traduz “Cunani tem uma superfície de 625.000 km e menos de 30.000 habitantes. Nosso território é maior que o da França e as riquezas são incalculáveis. Eu não levo em conta indenização presidencial alguma. Bresoulli.” Infelizmente, nenhuma data é fornecida. O cartão postal foi oferecido no leilão da Alevizos em outubro de 1990 e nos leilões da Cherrystone em 1993 e com valor estimado em U\$200,00. Este é o único item que possui um selo adesivo da quinta emissão que o autor foi capaz de encontrar (veja a figura abaixo).

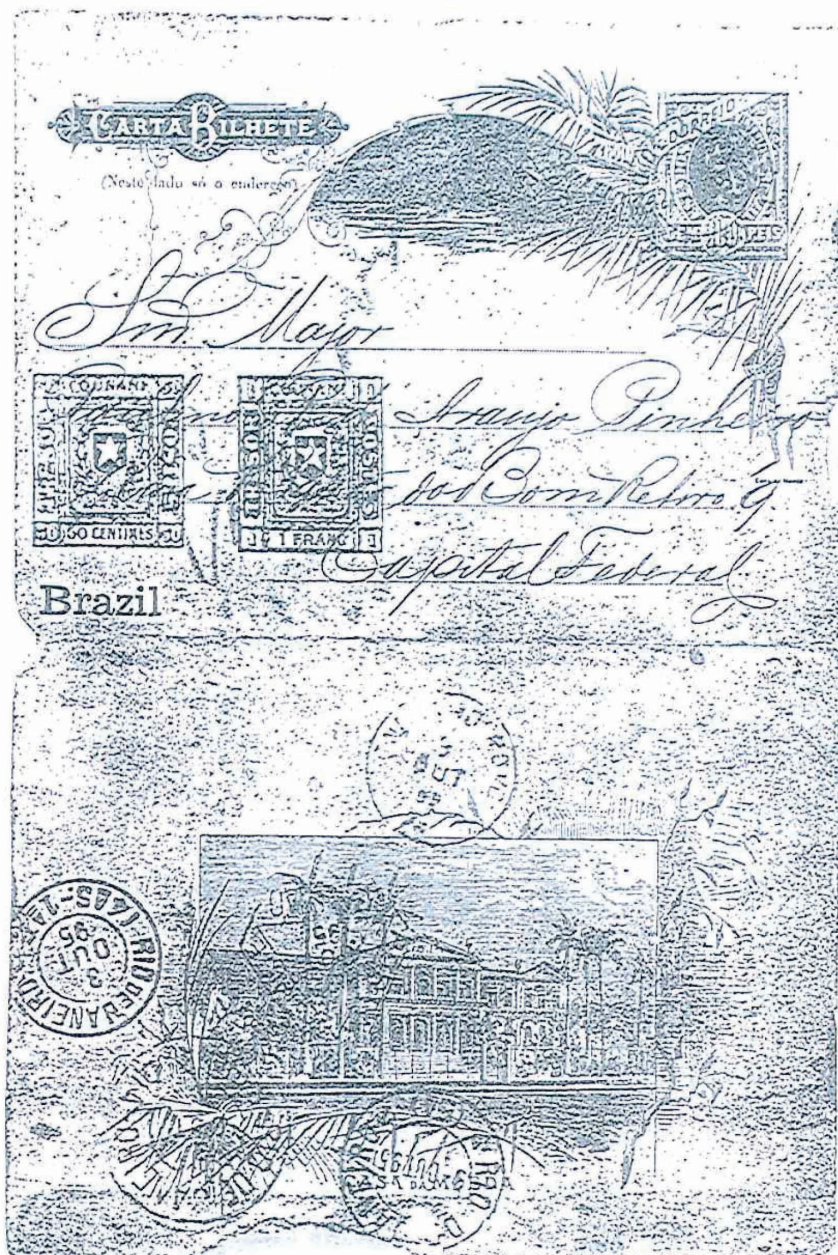


São conhecidas duas misteriosas cartas-bilhete ilustradas brasileiras, não com selos adesivos, mas com novos selos impressos do Cunani. Um é uma carta-bilhete de 100 réis obliterada por um carimbo circular do Rio de Janeiro com data de 2 de agosto de 1895 e endereçada ao “Snr. Major / Paulino ... Araújo Pinheiro / Rua ... do Bom Retiro 9 / Capital Federal”. Impressões de selos de Cunani, em azul, de 50 centimos e de 1 franco encontram-se abaixo, à esquerda, e cobrem partes do endereço que certamente está escrito sobre as impressões. Cinco carimbos diferentes podem ser vistos no verso. Três deles são marcas circulares de chegada do Rio de Janeiro com data de “3 OUT 95”, um tem escrito “O Novo...” e o outro é um carimbo triangular de Posta Restante. As impressões são mais grosseiras do que os selos adesivos (ver figura na página 81).

Um item similar (ilustrado na pág. 82) escrito com a mesma letra, é uma carta-bilhete de 80 réis do mesmo tipo, obliterada por um carimbo circular “...ara” de 30 de janeiro de 1894. O endereço diz “... Snr. / Antonio José Fortes / Rua do Floresto 41 / Catumbý”. Este cartão possui três impressões diferentes de selos de Cunani na parte superior (5, 10 e 25 centimos). Mais uma vez, as impressões são mais grosseiras do que os selos adesivos. Duas marcas de chegada circulares dizendo “Capital federal”, e datados de 31 de jan/94, estão no verso.

As datas das obliterações de 1894 e 1895 nos dois cartões são misteriosas, pois os selos adesivos foram anunciados para serem emitidos em 1º de janeiro de 1905. Se as obliterações forem legítimas, isso significaria que os desenhos para os selos postais foram feitos seis anos antes e usados impressos muito antes dos selos adesivos serem produzidos.

Os selos da quinta emissão foram sobretaxados e sobreimpressos de diversas formas. Uma sobreimpressão preta “SO” (Service Officiel) com estrela entre as duas letras indica uso oficial. Existe um “T” preto ladeado por raios sobre os selos de 5, 10 e 25 centimos, um “T” dentro de um círculo no selo de 5 centimos. Uma sobreimpressão preta “C.P.” (Colis Postaux) significa encomenda postal e é conhecido nos dois selos de alto valor, ou seja, nos de 50 centimos e de 1 franco.



Os “selos” de Cunani neste cartão postal não são adesivos, mas selos impressos que foram feitos antes de o endereço ser escrito.



Vários tipos de obliterações foram usados. Harry Rooke, escrevendo para o *Cinderella Philatelist*, de abril de 1971, listou selos obliterados por manchas primitivas, linhas horizontais, “P.P.” em uma pequena elipse, diversas datas, COUNANI dentro de um retângulo, e um carimbo circular do qual se lê ETAT LIBRE DU COUNANI. Alguns exemplos estão ilustrados na página 83.

Um carimbo de fantasia raro possui três linhas de obliteração nas quais se lê “E.L. do Counani” (*État libre* = estado livre). Era utilizado para sobreimprimir selos brasileiros. O envelope ilustrado aqui foi franqueado com um selo regular brasileiro de 100 réis e um selo fiscal de fumo de 120 réis. Ambos os selos possuem a sobreimpressão preta “E.L. do Counani” e estão vinculados ao envelope por obliterações ornamentais. O envelope está endereçado à “Ms. Cronel / Veiga Cabral / Palais Governamant [*sic!*] / Brazil / Pará – Belem”. É supostamente um envelope registrado enviado em 1894 e na parte inferior esquerda está escrito à mão “R-011/ 24/4/94”. Isto revela que é um envelope fantasia porque ambos os selos foram emitidos em 1900. O endereço de retorno escrito à mão no verso diz “J. Gros, Cie. Chemins de fer, Économique...”. (Nota: Embora este envelope seja uma fraude filatélica, ele é interessante, pois o endereço de retorno menciona uma companhia ferroviária que traz o nome de Jules Gros, primeiro presidente do Cunani. Há informações que uma ferrovia ao longo do rio Calçoene, para o transporte de ouro, foi construída por uma companhia anglo-francesa em 1899. Esta companhia emitiu os selos Amazônia que são discutidos mais adiante neste livreto.)



Uma seleção de sobreimpressões e obliterações em selos de Cunani (da Coleção de Jim Czyl)

Os selos da quinta emissão são geralmente confundidos com reimpressões feitas no início de 1908 (descrito abaixo). Isto se deve ao fato de que praticamente nenhum exemplar da emissão original parece existir. Enquanto os originais foram impressos em papel levemente colorido (como indicado no anúncio) e diz-se que tem uma “impressão mais grosseira”, as reimpressões de 1908 são em papel branco. A reimpressão de 1908 representa praticamente todos os exemplares deste tipo de selo que são conhecidos hoje. Cópias da emissão original de janeiro de 1905 são extremamente raras. Um deles está afixado ao cartão-postal de 40 réis descrito na página 79.



As falsificações de Cunani: Ambos os selos no envelope acima são carimbados com "E.L. do Counani".

Este envelope é uma fraude filatélica. As oblitações "CUNANI" (direita) foram compostas individualmente usando letras de borracha de um um estojo. Por esse motivo, cada oblitação tem um aspecto diferente.

.....

O fim inglório da segunda república
(Maio de 1905)

A TRAÍDOS PELAS PROPAGANDAS de Brézet, investidores e mercenários “*candidataram-se para os empregos aos montes*” até que a legação do Brasil declarou que o suposto sindicato de Cunani não deveria dispor de nenhuma concessão no território que era uma parte integral do Brasil. Em fevereiro de 1905, o representante da França decidiu controlar a contabilidade da Société des Comptoirs Généraux de Counani e enviou servidores do governo para “escritório presidencial” na Rua Legendre, em Paris. Eles chegaram tarde, pois devido a uma “coincidência acidental”, os representantes da República de Cunani haviam se mudado para Inglaterra. O presidente Brézet estabeleceu um consulado em Londres, casou-se com uma jovem francesa e continuou com suas atividades para promover o novo Estado de Cunani. Foi formada uma comissão, foram recrutados colonos e foram adquiridos suprimentos de guerra. Entretanto, um incidente destruiu todas as esperanças de fazer os sonhos de uma Cunani independente se tornar realidade.

Em 6 de maio de 1905, foi divulgado um telegrama do governo espanhol anunciando que certo Señor Sarrion de Herrera havia sido preso em Madri, acusado de conspirar contra o governo do Brasil. Ele se autodenominava “Ministro Plenipotenciário do Estado do Cunani na Espanha”. Uma busca domiciliar revelou que ele era o representante de uma comissão de financistas fundada em Londres por Adolphe Brézet “*para provocar uma insurreição em Cunani com o objetivo de tomar o controle das minas de ouro da região*”.

Em 10 de maio de 1905, o jornal *Daily Telegraph* relatou o caso. Este foi o começo do fim do “Estado Independente da Guiana”. A história foi intitulada “Conspiração contra o Brasil” com o subtítulo “Uma república fictícia”. A matéria dizia:

A Agência Reuters foi oficialmente informada que a conspiração contra o Governo brasileiro, a qual foi descoberta alguns dias atrás em Madri, é apenas parte de um plano geral para estabelecer, por motivos financeiros, em uma porção integral do Brasil, um Estado fictício independente. No ano passado, o assunto tomou a forma de representações diplomáticas junto ao Governo francês que tomou medidas repressivas e a questão foi levada agora para o conhecimento do Ministério das Relações Exteriores britânico. O Governo brasileiro não trata o assunto com preocupação. Qualquer movimento de insurreição no território em questão será imediatamente reprimido da forma usual pelas autoridades locais. Porém, é importante que esta questão seja levada ao conhecimento do público em geral a fim de prevenir que qualquer pessoa se envolva em transações financeiras ou industriais relacionadas ao território de Cunani, exceto através de canais autorizados brasileiros. Qualquer concessão ou empresa não terá valor a não ser que receba o consentimento do Brasil. As pessoas convidadas para imigrar devem ser especialmente cuidadosas.

Um telegrama da Agência Reuters vindo de Madri, com data de 13 de maio de 1905, forneceu inúmeros detalhes de “documentos volumosos confiscados na residência do ex-Rei de Armas no Palácio Real, Senor Sarrion de Herrera... Por meio destes documentos parece que quase 4.000 homens já haviam sido recrutados na Grã-Bretanha, 4.000 na França e o mesmo número na Espanha. O último contingente seria comandado por vários oficiais espanhóis... (entre eles) um capitão revolucionário chamado Casero, que uma vez ocasionou a revolta em Badajoz, e que detinha a patente de Coronel na Quinta Divisão do futuro Exército de Cunani. Afirma-se que este veterano já estava recebendo pagamento por meio de uma casa bancária inglesa, a qual era responsável pelos fundos do movimento... (Os homens) têm sido alistados como

colonos, mas eram realmente habilitados quando chegava a hora de transformá-los em soldados... Diversos veículos tiveram que ser requisitados para retirar os documentos confiscados de sua residência...”.

Obviamente, Señor Herrera negou a existência de uma conspiração contra o Brasil. No entanto, a questão levou a investigações sobre a existência e do *status* político do Cunani. No dia 31 de maio de 1905, o *Stanley Gibbons Monthly Journal* publicou uma carta muito esclarecedora que um certo Sr. Chapman havia recebido do vice-cônsul britânico no Rio de Janeiro em resposta a uma indagação a respeito da existência da República de Cunani. Esta carta não é somente interessante porque revela que no Brasil pouco se sabia oficialmente sobre o “Estado Livre de Cunani”, mas particularmente porque revela a confusão do cônsul britânico a respeito das diversas revoltas nas áreas remotas do Brasil. O vice-cônsul escreveu:

O Estado Independente de Cunani nunca existiu. Seu surgimento no mundo foi consequência da exploração de um aventureiro chamado Galvez, que acredito ter obtido algum sucesso em explorações direcionadas, principalmente, se não unicamente, contra os peruanos. O país, pelo o que eu entendo, faz parte do território do Acre que agora está em posse exclusiva do Brasil, em virtude do tratado Brasil-Peru, recentemente celebrado em Petrópolis.

Luis Galvez Arias de Rodríguez, o automeado “imperador do Amazonas” liderou em 1899/1900 a revolução no Acre, que é o estado mais ocidental do Brasil (ver N° 2 desta série de livretos: *The postage stamps of the Independet State of Acre*). A revolução no Acre não teve absolutamente nenhuma relação com Cunani que fica na costa do Atlântico a aproximadamente 2400 quilômetros de distância do Acre.

Evidentemente, apesar da organização da República do Cunani estar progredindo de vento em popa no ano de 1905, muito pouco veio a público. Mesmo um ano depois, em 17 de março de 1906, a Câmara de Comércio de Manchester enviou uma solicitação de informações para “Sua Excelência *sir* Edward Grey” do Ministério de Relações Exteriores britânico a respeito do *status* político de Cunani. “*Esta república não é conhecida aqui, mas foi mostrado um mapa em Manchester indicando a importante cidade de Manaus, localizada perto da confluência do Amazonas*

e rio Negro, como situada dentro deste território.” Membros desta Câmara têm sido abordados a respeito da formação de uma companhia com sua área de operações em Cunani. O Ministério de Relações Exteriores respondeu em 24 de março que “*a suposta ‘República Independente de Cunani’ é totalmente fictícia*”.

O caso de Cunani foi amplamente descrito no jornal filatélico *The Postage Stamp* em março e abril de 1908 por um bom motivo. A primeira nota curta apareceu na edição de 7 de março. Pouco antes, Edward J. Nankivell, editor do jornal, havia recebido “*uma série de selos já gravados e impressos*” da suposta República Independente do Cunani acompanhados de uma carta da gráfica. “*E agora*”, Nankivell escreveu, “em 1908, nós temos uma nova emissão de selos postais para este país.” Como ninguém conhecia a história do Cunani, o jornal reimprimiu os telegramas da Agência Reuters de 1905 e uma resposta de “Adolphe Brézét, Chefe do governo do Estado Livre do Cunani” à nota do Ministério de Relações Exteriores de 24 de março de 1906. Obviamente, Brézét rejeitou as afirmações de *sir* Edward Grey e explicou que “*o povo de Cunani declarou sua independência há quase 30 anos... (e que) nada menos que sete presidentes foram eleitos e reconhecidos pelo povo como seu governante*”. Porém, a declaração mais interessante é a data de impressão de 1908 dos selos de Cunani. Apesar do documento oficial mencionado acima, que anuncia 5 de janeiro de 1905 como o primeiro dia de emissão dos selos da quinta emissão, a verdadeira data de emissão do conjunto não é clara, a não ser quando as reimpressões são levadas em consideração. Os selos que apareceram em 1908 devem representar reimpressões. Isto pode ser concluído a partir de uma carta que faz parte da Coleção Complementar da Biblioteca Britânica de Londres e da carta citada acima da gráfica destes selos.

.....

*As reimpressões da quinta emissão
dos Selos de Cunani*

(Primavera de 1908)

A CARTA DA GRÁFICA foi publicada pelo *The Postage Stamp* em 21 de março de 1908. O editor da revista escreveu:

“Eu recebi a interessante carta a seguir do Sr. A. Naerum, de Naerum e Van Der Chijs, Agentes do Fabricante, 101, Leadenhall Street, Londres, E.C.:

‘Caro Senhor, acabei de realizar uma nova emissão de selos para o Estado Livre do Cunani da América do Sul, e tenho muito prazer em anexar amostras (6). Até o país ser reconhecido, estes selos serão usados apenas para postagens nacionais, assim como os selos abissínios.

‘Esta é a sexta emissão de Cunani, as anteriores sendo

‘1. 1892. 25 cêntimos, preto e branco.

‘2. 1893. fevereiro, 5 cêntimos, cores, preto, papel não esmaltado.

‘3. 1893. julho, 5 cêntimos, preto, papel esmaltado:

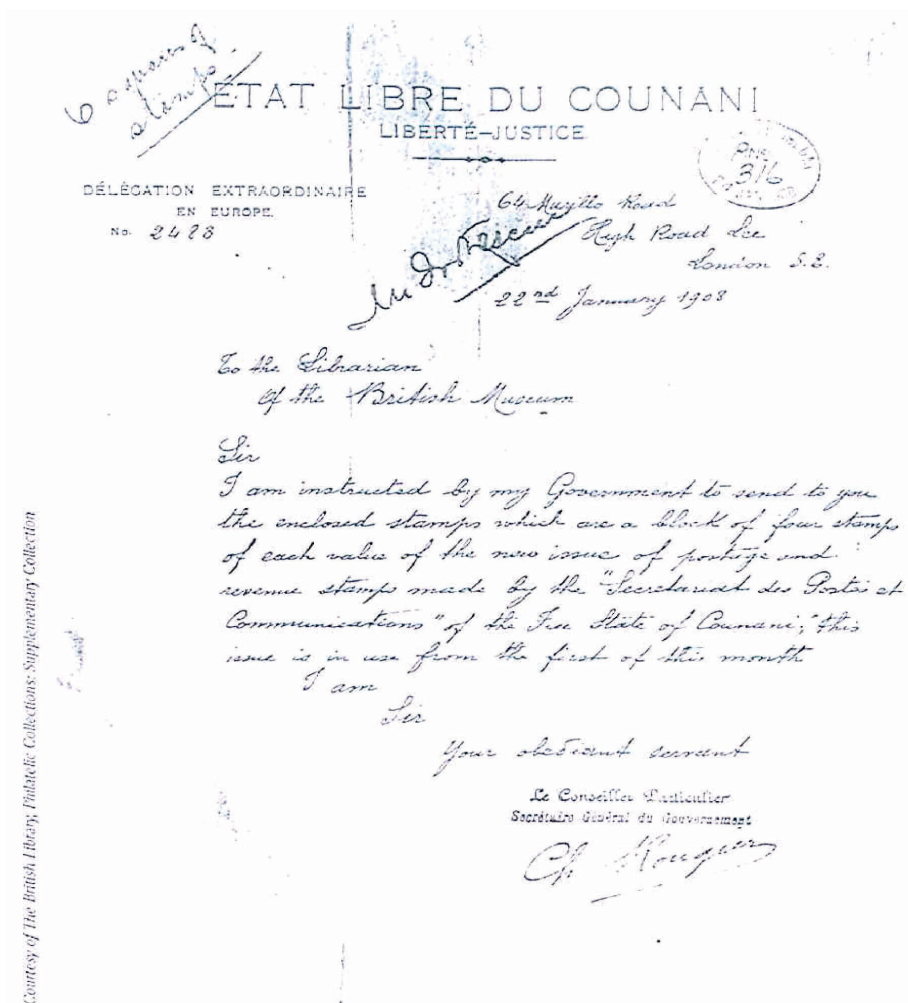
‘4. 1893. setembro, Correio 1, 5, 10, 20, 25, 50 cêntimos, 1 franco, postagem a pagar 5, 10, 20, 50 cêntimos, 1 franco – denteado Letterpress.

‘5. 1897. 5, 10, 20, 50 cêntimos, 1 franco, 5 francos, gravados, denteados, e chamados de selos Amazônia.’

Eu já havia visto alguns dos selos acima (1893) listados no jornal francês L'ami de Timbreur por 40 francos. Espero que as informações acima possam ser de interesse. Os selos não serão nem denteados nem gomados.

Atenciosamente, A. Naerum”.

Como Nankivell não havia publicado a carta que ele recebeu anos antes, isto significa que Naerum, que declarou ter “acabado de realizar a impressão” dos selos, havia produzido a quinta emissão dos selos de Cunani recentemente, ou seja, na primavera de 1908. As seis “amostras anexas” não são identificadas, mas devem referir-se aos cinco selos postais e o selo fiscal de 60 cêntimos que estão listados juntos no anúncio citado acima. (Nota: Os selos listados como a quinta emissão de Cunani na carta de A. Naerum referem-se aos selos Amazônia que serão discutidos no próximo capítulo). Apesar da carta não indicar que Naerum reimprimiu selos que já haviam sido impressos anteriormente por outra pessoa, parece ter sido este o caso. As reimpressões de Naerum foram supostamente feitas em papel branco sem marcas d'água em folhas de 200 compreendendo quatro chapas de 50 (10x5). (ver figuras na página 91)



A obliteração oval na parte superior direita confirma que o bibliotecário do Museu Britânico recebeu esta carta em 24 de janeiro de 1908. Os "selos anexados" que são mencionados na carta consistem de "6 selos quadrados", como o bibliotecário escreveu canto superior esquerdo do documento. Estas foram as reimpressões da quinta emissão quais apareceram originalmente em janeiro de 1905. Carta e selos podem ser vistos na Biblioteca Britânica em Londres.

A segunda indicação de que reimpressões foram produzidas em 1908, é a carta a seguir, datada de 22 de janeiro de 1908 e endereçada ao bibliotecário do Museu Britânico (atualmente Biblioteca Britânica) em Londres (ver figura acima):

“État Libre Du Counani / Liberté-Justice / Delegation Extraordinaire En Europe / 64, Murills road, High road, Lee, London, S.E.

Senhor, estou instruído pelo meu Governo a enviar-lhe os selos em anexo, os quais são um bloco de quatro selos de cada valor da nova emissão de selos postais e fiscais feitos pela “Secrétariat des Postes et Communications” do Estado Livre do Cunani; esta emissão está em uso a partir do dia 1^a deste mês.

Atenciosamente,

*Le Conseiller Particulier Secrétaire Général de Gouvernement
{assinado} Ch Rougier”*

Achavam-se anexados à carta blocos não denteados de quatro, sendo eles: verde de 5 cêntimos, vermelho de 10 cêntimos, azul de 25 cêntimos, malva de 50 cêntimos, laranja de 1 franco e um selo vermelho de desenho maior, de 60. A carta e os selos estão na Coleção Complementar da Biblioteca Britânica.

Uma carta questionável, trazendo um par de selos oficiais de 5 cêntimos da quinta emissão, obliterados por linhas horizontais e por uma obliteração de “Ouassa / 5 Avr 09”, foi mencionada por Harry Rooke no *Cinderella Philatelist*, de abril de 1971. Ela foi supostamente endereçada ao “Monsieur le Conseiller d’État Secrétaire à l’ Intérieur / Counani”. Com relação à data do selo, esta carta foi provavelmente franqueada com selos reimpressos. Seu paradeiro é desconhecido.

Entre filatelistas, no entanto, permaneceram sérias dúvidas sobre a autenticidade dos selos de Cunani (quinta emissão). O *Postage Stamp* perguntou “*se como alegado, este Estado Livre do Cunani já existe há trinta anos (como citado por Naerum), é um tanto quanto estranho que em 1908 ainda seja desconhecido pelos organizadores de todas as nossas obras de referência históricas e geográficas*”. Em julho de 1908, a revista publicou uma carta do negociante de selos e editor de álbum de selos Whitfield King & Co. Em março de 1908, esta empresa havia escrito para “Monsieur le Directeur des Postes, La Neufville, Fleuve Oyapoc, État Libre du Counani, via Cayenne, French Guyana” e para o chefe do correio de Calçoene (Carsevène) para “*verificar definitivamente se os selos estavam em uso no interior do país. A carta endere-*

çada ao *La Neufville* foi enviada de volta para nós por meio do *Posta-Restante* por não haver comunicação postal com Cunani”. O Senhor Whitfield King também escreveu para quem, em Londres, lhe ofereceu os selos de Cunani. Ele referiu-se aos artigos na imprensa filatélica nos quais é declarado “*que a emissão e venda destes selos não é mais nem menos do que uma fraude*”. Ele não recebeu nenhuma resposta. Adolphe Brézet e a trama de Cunani desapareceram das páginas dos jornais. De acordo com algumas fontes, Brézet continuou em seu cargo de presidente do Cunani até 1911 e então foi sucedido por Jules Gros Jr., do qual nada se sabe.

Os selos de Cunani eram negociados por um certo Senhor H.G. Titchener que, para citar Frederick J. Melville em seu livro *Phantom Philately*, “*entrou em contato com negociantes de selos nos seguintes termos: Em virtude de um contrato que celebrei com o governo do Estado Livre do Cunani, o direito exclusivo para a venda de selos postais e fiscais deste país foi, além de aos correios, reservado a mim. Uma nova série será emitida em breve, e gostaria de saber se é provável o interesse de sua parte em adquirir selos de Cunani; nesse caso, peço a gentileza de me informar a quantidade aproximada que o senhor poderá vender, para que eu possa me planejar de acordo. Se necessário, estou disposto a garantir ao senhor o privilégio exclusivo para este país em condições favoráveis; porém, em todo caso, tenho condições de fornecer ao senhor novos selos de Cunani com 10 por cento de desconto do valor de face. Serão emitidos 100.000 exemplares de cada valor emitido.*”. Esta oferta referiu-se, sem dúvida, às reemissões de 1908 e, por este motivo, foram feitas neste mesmo ano. Evidentemente, o número mencionado de selos impressos é totalmente fictício.

Algumas vezes, são encontrados em coleções, selos não denteados de Cunani de todas as emissões, em papel cartão colorido e com partes de texto impresso no verso. Estes, naturalmente, não são selos, mas sim ilustrações que foram reproduzidas na capa ou na contracapa de um folheto ou panfleto filatélico alemão. Pela tipografia e o tipo de letra tipográfica que se pode ver no verso dos “selos”, poderia ser uma publicação feita pelos editores da *Illustrierte Zeitung für Philatelie* (ver figura na pág. 94).



Esses “selos” (da coleção de Fabio Vaccarezza/Itália) são impressos em cartão colorido e podem ser originários do envelope de uma brochura filatélica alemã. As letras “zsch”, no exemplar marrom, podem se referir às letras finais do nome de Hugo Krötzsch, um antigo editor da Deutsche Briefmarken Zeitung. O título do exemplar amarelo, deve ser Frei und Port (omarken). Os dois nomes são (Jus)tus Anderssen e Stian Sanness. Ambos eram renomados filatelistas noruegueses. Em 1906, Sanness ingressou na casa filatélica de Philipp Kossack, em Berlim, e trabalhou de 1908 a 1917 na casa filatélica dos Senf Brothers, em Leipzig, como chefe de compras.

As cinco emissões de selos, até agora descritas, representam os selos postais de Cunani “emitidos pelo governo”. No entanto, seis meses antes do acordo do Tratado de Berna, durante o verão de 1899, outro conjunto de selos postais foram impressos para o território contestado do Cunani. Esses selos locais são chamados de selos Amazônia. O tipógrafo citado acima, A. Naerum, os chamou de “a quinta emissão de Cunani, impressa em 1897”, e o Stanley Gibbons Monthly Journal relatou, em 1905, que “em 1901 houve uma tentativa de lançar uma emissão do Amazônia, o que parece ser apenas outro nome para Cunani”. Ambas as afirmações estão erradas, porque os selos Amazônia não eram “uma emissão de Cunani”, não foram lançados em 1897, não foram emitidos – ao contrário de todas as emissões de selos do território – em nome de um governo do Cunani, e por fim mas não menos importante, Amazônia não é sinônimo de Cunani. Entretanto, embora não tenham a inscrição “Cunani”, os selos Amazônia são parte da história postal do “Estado Independente da Guiana”, também conhecido como “República do Cunani”.

.....

Os selos Amazônia

A DESCOBERTA DE OURO no território contestado encorajou capitalistas franceses e britânicos a investirem seu dinheiro na exploração do metal precioso. Como o acesso aos depósitos aluviais de ouro era muito difícil, discutia-se sobre a construção de uma ferrovia para o transporte de ouro até a costa do Atlântico. De acordo com Jacques Grasset, em *Cinderella Philatelist*, de julho de 1988, duas companhias foram formadas nos anos de 1890: a *Carsavène Railway Company*, em Paris, e a *Carsavène Mining Company*, em Londres. As companhias fundiram-se e criaram como sede local uma aldeia chamada Firmino, às margens do rio Calçoene (Carsavène) (ver mapa na página 28). Firmino tornou-se o centro comercial da região. Até mesmo um banco, *Banque Exotique*, abriu uma agência na aldeia. Para atender a demanda por dinheiro, ou seja, de cédulas bancárias – a maioria dos garimpeiros não tinha nada à sua disposição além do ouro encontrado –, o governo brasileiro autorizou o *Banque Exotique* a emitir cédulas locais com valores de face de 25, 50, 100 e 500 francos. Nelas estava impresso *Banque Exotique Agence de Firmine – Territoire Contesté Franco-Brésilienne*.



Um acampamento de garimpeiros de ouro em Guiana,
em uma fotografia da década de 1890.



Curiosamente, não existe nenhum dado sobre as duas companhias. O autor não encontrou nenhuma prova documental da sua existência. Apenas uma companhia chamada *The Carsevenne and Development Anglo-French Gold Mining Company, Ltd.* foi encontrada. Esta empresa, porém, foi fundada em 1904. Talvez tenha sido a que sucedeu às empresas em questão.



Uma ação da “*The Carsevenne and Development Anglo-French Gold Mining Company, Ltd.*”

No entanto, a existência da ferrovia está confirmada. Hélio Penafort, em seu artigo *Histórias do Amapá – Nunca vi rio tão danisco de bom*, publicado no *Jornal do Dia* em 11 de maio de 1997, após descrever as descobertas de ouro no território contestado escreveu: “*O interesse da França era tão grande que chegou até a patrocinar a construção de uma estrada de ferro unindo a região aurífera de Lourenço à cachoeira da Sidomena, na cidade de Calçoene... os vagonetes chegavam sobrecarregados de ouro que eram recarregados em navios...*”.

Foi Karlheinz Wittig, especialista alemão em selos brasileiros e presidente da *ArGeBrasilien e.V.*, quem forneceu um envelope que revela o nome correto da empresa que surgiu das duas companhias originais: *Compagnie des Chemins de Fer Économiques du Carsevène*. Essa companhia imprimiu um conjunto de selos postais locais para serem utilizados em cartas dos garimpos para a Calçoene.



Envelope enviado pela empresa ferroviária de Calçoene (Compagnie des Chemins de Fer Économiques du Carsevène) de Calçoene a Paris (da coleção de Karlheinz Wittig). Os selos estão vinculados ao envelope por um carimbo postal de Calçoene, sem data. O envelope tem uma obliteração de trânsito do Pará, de 19 de setembro de 1902 e, no verso, uma marca de chegada de Paris, de 3 de outubro de 1903.

René J. Beaudoin, um negociador de selos francês, forneceu um breve relato sobre as dificuldades de se construir e manter uma ferrovia, que foi publicado no *Écho de la Timbrologie*, em 31 de março de 1934. O relato é interessante porque menciona os selos postais que foram emitidos pela companhia ferroviária acima citada. É intitulado *Sobre a origem dos selos particulares de Carsevène* e sua tradução é:

A Carsévène Railway Company, de Paris, e a Carsévène Gold Mining Company, de Londres, se uniram para explorarem as areias auríferas do alto rio Carsévène no território contestado. As companhias instalaram-se em Firmino, uma pequena aldeia que fundaram, e lá trabalharam por três anos, durante 1900, 1901 e 1902. No primeiro ano, foi construído ao longo do rio uma via de 80 quilômetros de comprimento para um trem monotrilho. A exploração durou cinco meses e foi abandonada durante a estação chuvosa devido ao grande número de casos de doenças e mortes entre os operários, que haviam sido recrutados na Jamaica. Foi obtido ouro no valor de 300.000 francos. Durante o segundo ano, a exploração durou seis meses e resultou 750.000 francos em ouro e areias auríferas. Finalmente, no terceiro ano, as companhias instalaram um moderno triturador de pedra. Porém, só conseguiram contratar um número menor de operários da Jamaica, porque o governo jamaicano se opôs à participação de trabalhadores devido ao grande número de mortes. A exploração durou apenas um curto período de tempo e logo foi abandonada. Durante esses três anos de exploração (1900, 1901, 1902), uma série de selos postais particulares foi emitida para serem utilizados nas cartas das companhias e em cartas de garimpeiros que viviam ao longo das margens do rio. Os selos cobriam as taxas de transporte das correspondências para o porto do Pará, de onde cartas destinadas à França eram encaminhadas a Caiena, onde recebiam selos da Guiana.

A última frase do relato não está clara, porque os selos supostamente cobriam apenas a postagem até Calçoene. Uma vez que cartas com destino ao exterior tinham selos adicionais afixados em Caiena ou Pará, a postagem entre Calçoene e Caiena ou Pará não estaria paga, a não ser que os selos Amazônia também fossem válidos para essas rotas.



Um conjunto de selos Amazônia. Há informações que as obliterações “Amazonie Firmine” em vermelho (em vez de roxo) foram apostas como favor. Os exemplares obliterados da figura são datados de 15 de abril de 01

O conjunto consiste de seis selos de valores diferentes, monocromáticos, que foram impressos em papel colorido e tem um desenho em comum. O tamanho do denteado é 11 ½. Os valores e cores são: 5 (cêntimos), verde, 10 (cêntimos), marrom, 25 (cêntimos) vermelho, 50 (cêntimos), laranja, 1 franco, azul, e 5 francos, violeta. Os selos têm uma moldura ornamental que inclui uma cena da região com uma árvore tropical em cada lado, uma palmeira à esquerda e uma seringueira à direita, e um porto com duas embarcações à vela ao fundo. Debaxo da palmeira, está sentado um aventureiro europeu com capacete colonial e bengala, e, em frente à seringueira, há um índio nativo portando escudo e lança. Em cima, há uma estrela de cinco pontas (a estrela de Cunani) entre os galhos das árvores. Em baixo, lê-se “Poste”. No centro está o desenho do valor em um escudo ornamental com a palavra “Amazonie” acima e um listel abaixo.

De acordo com L.N & M. Williams, os selos foram impressos em Paris durante o verão de 1899, e emitidos no outono daquele ano. Inicialmente, uma prova de impressão não denteada foi produzida. É um selo de 50 cêntimos impresso em vermelho e inscrição “Amazonie française”, um nome alternativo para Guiana Francesa. A palavra “française” foi substituí-

da por um listel nos selos originais por razões políticas, para evitar conflitos com autoridades postais da Guiana Francesa e, especialmente, do Brasil, porque a propriedade do território contestado por um desses dois países ainda não estava claro, com negociações em andamento na época em que os selos foram produzidos.



Inicialmente foi produzida uma prova de impressão em vermelho com a inscrição "Amazonie française". A palavra "française" foi substituída por um listel nos selos propriamente ditos.

Os selos Amazônia foram mencionados pela primeira vez em 1901. O *Stanley Gibbons Monthly Journal* publicou uma nota curta em 29 de junho de 1901. Apenas quatro valores desses selos foram relatados, os de valores 5 e 10 cêntimos ainda eram desconhecidos. Desde então, os selos só foram descritos poucas vezes na literatura.



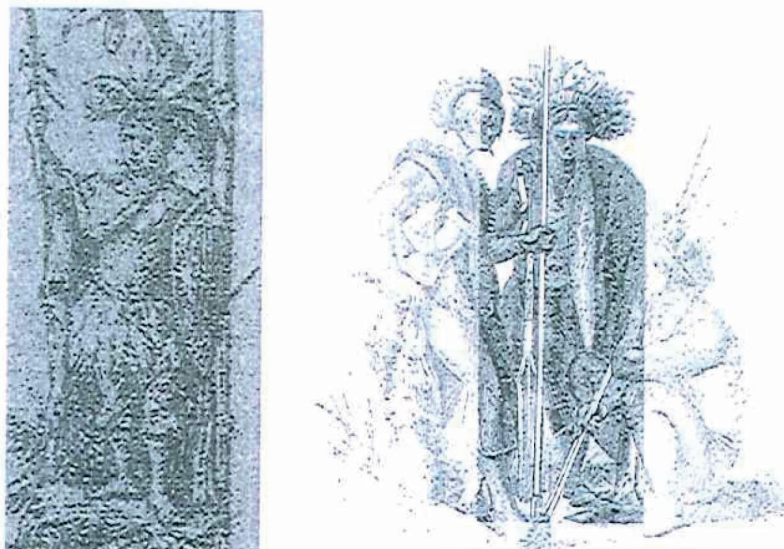
A obliteration "Amazonie Firmine" é conhecida em roxo e vermelho.

Conhecem-se exemplares usados com data de obliteração de 1900 e 1901. Utilizou-se um carimbo circular de dois anéis com a inscrição “*Amazonie Firmine*”. A data está escrita em três linhas no centro, com o dia em cima, o mês escrito por extenso no meio e os dois últimos algarismos do ano abaixo. De acordo com Dr. Grasset (1988), “*a autêntica obliteração é violeta ou preta, com dois pequenos zeros para o ano, que na verdade são as cabeças de ‘99’ cujas partes inferiores foram raspadas*”. Supostamente, isso revela “*que a companhia ferroviária produziu o carimbo em 1899, acreditando que o serviço postal funcionaria naquele ano*”. No entanto, o próprio Dr. Grasset declarou, em 1975, que “*apenas carimbos certamente genuínos que ele tinha visto em preto, eram todos com data entre 2 e 21 de novembro de 1899*”. Essa afirmação é obsoleta, pois, em um de seus artigos, o Dr. Grasset descreveu um envelope genuíno com carimbo de 9 de outubro de 1900.

O autor não encontrou nenhum selo Amazônia, ou qualquer ilustração dele, com 1899 ou datas de obliteração com “pequenos zeros”. Obliterações com datas de 1900 (com dois zeros normais) e 1901, também são conhecidas em vermelho ou carmim. Essas existem com datas invertidas. A data mais recente de conhecimento do autor é 27 de abril de 1901. Os carimbos vermelhos são normalmente considerados obliterações de favor, mas também existem em um dos quatro envelopes legítimos que são conhecidos hoje. Selos ou conjuntos completos obliterados de favor são conhecidos em papel comum, ou em envelopes ingleses ou franceses das duas companhias acima citadas. Foi relatado que:

... à medida que a utilização de selos crescia... [estoques foram] mantidos principalmente para registro por funcionários da administração das minas. Durante as férias de verão de 1900, alguns filatelistas perguntaram se eles poderiam comprar alguns selos, e após retornarem a Firmino, levaram com eles o restante e começaram a vendê-los. Alguns desses selos restantes eram obliterados para parecer que foram utilizados, mas as obliterações, embora feitas com os carimbos originais, estavam em vermelho, em vez da tinta preta original.

O Dr. Grasset mencionou inclusive uma obliteração de “Cayenne à Fort de France”, com data de março de 1902, que foi “*obtida no barco, sem dívida pela administração no retorno à França, depois do fechamento da mina*”.



Uma comparação entre um guerreiro indígena no selo (à esquerda) e uma gravura retratando índios da Guiana, de uma ilustração em um livro da década de 1890, revela que o desenhista do selo era familiarizado com a indumentária e os adornos de cabeça dos índios nativos da Guiana.

Por enquanto, conhecem-se apenas quatro envelopes postados com selos Amazônia. O Dr. Grasset mencionou uma carta endereçada ao Pará que tem um valor de postagem de 25 centavos e é franqueada com dois selos de 10 centavos e um de 5 centavos. Esse envelope, do qual não se conhecem detalhes ou imagem, estaria em uma coleção brasileira.

Segundo uma nota não publicada, fornecida por Karlheinz Wittig, outro envelope foi descrito por Helmut Ponge, Campinas, quem coletou a maior parte dos dados sobre selos brasileiros. O envelope, parte da famosa coleção Cerruti, possui um selo Amazônia de 10, outro de 25 e outro de 50 centavos, vinculados ao envelope por uma obliteração “Amazonie Firmine”, de 23 de novembro de 1900. O envelope tem ainda um selo de 300 réis e um carimbo de trânsito “C. do Pará (Expedição)”, de 15 de dezembro de 1900, e foi endereçado à Paris.



*O único envelope conhecido com um selo Amazônia no valor de 25 centimos.
Foi relatado pela primeira vez no Cinderella Philatelist em 1988.*

O terceiro envelope (mostrado acima) contém um selo de 25 centimos que está vinculado ao envelope por uma obliteração “*Amazonie Firmine*”, de 9 de outubro de 1900. A carta tinha como destino a França. Portanto, um selo de 15 centimos da Guiana Francesa foi afixado e obliterado duas vezes em Caiena em 16 de outubro. Isso mostra que as correspondências demoravam cerca de uma semana para chegar dos garimpos até Caiena. O destinatário da carta era o “Monsieur Charles Brothier/ propriétaire aux Plants/ pris Ruffee/France”. A carta foi descoberta em 1988, e foi o primeiro envelope contendo os selos Amazônia a ser noticiado na imprensa filatélica. Em maio de 2003, o negociador britânico Brian Moorhouse ofereceu esse envelope por £2.500.

O quarto envelope é endereçado a Monsieur Georges Dagre/ Maison Gouault & Rostand/ 92, Rue des Jeuneurs/ Paris/ France. É franqueado com um selo Amazônia de 10 centimos e outro de 50 centimos, ambos vinculados ao envelope por uma obliteração vermelha (!) “*Amazonia*

Firmine” de data ilegível. Um selo de 15 cêntimos da Guiana Francesa foi adicionado em Caiena e obliterado em 28 de fevereiro de 1901. Um carimbo octogonal francês de data, de 14 de março de 1901, indica que o tempo de entrega da correspondência de Caiena à Europa era de aproximadamente duas semanas. Este envelope, que não tem endereço de remetente no verso, foi oferecido no 48º leilão Sinais em Paris, em junho de 2001, por 6.500 francos franceses. Foi vendido por 9.767 francos. A data da oblitação, de fevereiro, indica que esta carta, supondo que seja legítima, foi enviada durante a estação chuvosa anual, que dura de novembro a junho. Nesse período, o trabalho nos garimpos era geralmente interrompido. A situação desse envelope é, portanto, indefinida.



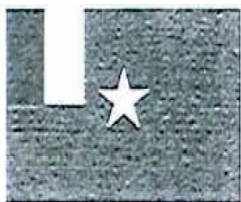
Outro dos quatro envelopes com selos Amazônia até agora mencionados na literatura.

(A parte colorida dessa figura é de um catálogo de leilão.

As partes pretas e brancas foram cobertas por outros itens.)

Após o fechamento das empresas de mineração no início de 1902, a ferrovia ao longo de Calçoene e os selos Amazônia supostamente não foram mais utilizados. Entretanto, a data de outubro de 1902, presente em um envelope da companhia ferroviária, prova que as minas podem ter sido fechadas, como declarou Dr. Grasset, mas a companhia ferroviária existiu pelo menos até o final de 1902.

A República do Cunani, como um país emissor de selos, deixou de existir em 1908. Uma breve nota, na edição de outubro de 1908 da *The Postage Stamp*, diz: “A denúncia da *The Postage Stamp* sobre a última tentativa de impingir um conjunto de selos da mítica República do Cunani a colecionadores de selos jovens e ingênuos parece ter acabado efetivamente com o esquema. Desde então eu não ouvi mais nada sobre a empreitada.” Entretanto, por mais de 20 anos, uma quantidade de selos postais, embora produzidos para fins de propaganda, fizeram parte de várias campanhas para estabelecer um “Estado Independente da Guiana”. As poucas cartas e cartões postais conhecidos com esses selos não indicam um serviço postal em Cunani. Provavelmente, a maioria são itens filatélicos postados por defensores da ideia de um estado independente no território. Apesar disso, as marcas de chegada em alguns envelopes e cartões postais revelam que, pelo menos alguns deles, foram entregues sem reclamação das autoridades postais. Em 1908, essas cartas eram desconhecidas pelo editor da *The Postage Stamp*. Talvez ele teria mudado de opinião se tivesse conhecimento deles.



Na década de 90, a ideia de Cunani voltou à tona em Paris. A autodenominada “Executiva Constitucional em Exílio do Estado Livre do Cunani” claramente pretendia questionar o tratamento dado pelo governo brasileiro aos índios do Amapá e os danos ambientais na região. Esse grupo não emitiu selos postais, mas criou uma nova bandeira para o Cunani que lembra a primeira bandeira da Guiana Independente, ou seja, fundo verde com o tricolor francês no lado mastro, porém com a adição, no centro, da estrela branca de cinco pontas do Cunani.

Os selos postais de Cunani são testemunhas filatélicas de uma época em que a ideia de colonização estava bastante viva, em que aventureiros, missionários e colonizadores exploraram as últimas manchas bran-

cas do planeta. Nessa época, para reforçar a legitimidade do “seu” país, alguns mercenários incluíram selos postais em seus planos de construir um novo estado. Os presidentes do Cunani estavam entre eles.



Referências

LIVROS

- Marinho, José Joaquim: *Amazonia nossos selos 1890-1950*, Manaus/ Brazil, 1984
- *Billig's Philatelic Handbooks* Vol. 22, 1955, p. 30: Brazil, Amazonia, and Vol. 30
- Chapier, George: *Catalogue des Timbres de Fantaisie*, 1963
- Le Baron Marc Villiers du Terragne: *Rois sans couronne*, Paris 1906, reprint 1998
- Fuligni, Bruno: *L'État c'est moi*, Paris 1997
- Melville, Frederick John: *Phantom Philately*, Lucerne, 1950
- Mackay, James: *The Encyclopedia of Postage Stamps*, p. 1856
- Cheeseman, Clive & Williams, Jonathan: *Rebels, Pretenders & Impostors*, New York 2000

ARTIGOS

- *Stamp Magazine*, April 1975: L.N. & M. Williams, Cinderella Corner series
- *Stanley Gibbons Monthly Journal*, Vol. XI, Nº. 122, August 31, 1900, p. 27 and Nº. 132, June 29, 1901, p. 257; Vol. XII, Nº. 136, Oct 31, 1901; Vol. XV, Nº. 174, Dec 31, 1904, p. 117; Nº. 178, April 29, 1905, p. 206, and Nº. 179, May 31, 1905, p. 227
- *Deutsche Zeitung für Briefmarkenkunde (DBZ)* Nº. 9/1957, p. 414: Werner Ahrens: *Markenland Counani (Südamerika)* Nº. 15/1975, p. 2083: Werner Ahrens: *Republik Counani und ihre Postwertzeichen*
- *The Cinderella Philatelist* July 1988, p. 62: Dr. Jacques Grasset: *Amazonia, A 25 centimes Stamps on Cover* April 1971, p. 25: Harry F. Rooke: *Remember Counani*

- *The Philatelist* Vol. 41, Nº. 10, July 1975: Peter Collins, *Locals and Cinderella*

July/August 1984, p. 165: Harry F. Rooke: Phantoms (Part 1)

- *L'Echo de la Timbrologie*, Nº. 918, Mar 31, 1934, p. 293: René J. Beaudoin

Nº. 606, Mar 31, 1921, p. 298: *Protagoras: Les Fumisteries Célèbres. Les Timbres de Counani*

- *Sinais*, Bertrand, auction catalog Nº. 48, June 19, 2001, #6939

- *Atalaya*, Vol 6, Nº. 2, (whole N. 13) Summer 1981, p. 10

Vol. 28, Nº. 1, (whole Nº. 56) winter 2002-03, p.4

- *Philatelic Journal of America*

Vol. IV, Nº. 38, Feb 1888, p. 61: Republic of Guiana (Connani). *A South American Stellaland*

Vol. X, Nº. 107, November 1893, p. 179: *Counani and Its Stamps*

- *The Postage Stamp*, Vol. 1, Nº. 23, March 7, 1908, p. 294, and Nº. 25, March 31, 1908, p. 319: Edward J. Nankivell: *Counani Redivivus*

Vol. 2, Nº 3, April 18, 1908, p. 29: *Counani Redivivus. Is there a Free State of Counani?*, and Nº. 15, July 11, 1908, title page: Cornelius Wrinkle: *The Counani farce*

- *Stamp Collecting*, 25 Sept 1980, p.1141: "Phantom financial frolics" (Harry F. Rooke)

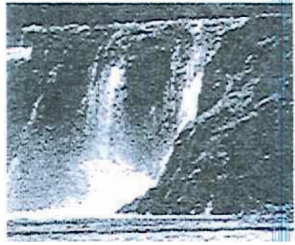
- *Brasil Filatélico*, Nº. 10, 1933: M. Piquero: *Los sellos de Counani* Nº. 80, 1948: Zoran Ninitch: *Amazonie*

- *Repórter Filatélico*, Nº. 23, Nov. 1959: Werner Ahrens: *Os selos da Republica de Counani*;

Nº 34, Aug. 1960: Werner Ahrens: *Complemento do Relatório sobre a Expos. Internac. de Londres*.

- *Venezuela Filatélica y Numismática*, Vol. 2, Nº.4, Aug 1969: Carlos S. Pinheiro: *Do Território Cotestado Franco-Brasileiro "Sainte-Marie de Counani", Amapá no período de 1886-1900*.

- *Bahia Filatélica*, Nº.46, July/Aug 1971: Aureo G. Santos: *Selos da República de Cunani, país que nunca existiu*.



*“Cunani é um nome harmonioso, uma coisa maravilhosa, uma excelente ideia...
Você irá adorar os longos verões sem chuva, a doce e pura atmosfera que refresca
a alma, a solidão encantadora onde nada lembra a ditadura da sociedade;
Você não gostaria de uma vida sem os arrependimentos da noite passada e
sem os problemas do amanhã, na certeza de um futuro feliz, com a
benção da natureza, sem jornais e sem parlamentares?
Bem, você irá adorar Cunani...”*

(Henri Coudreau, 1883)

.....

Índice onomástico

A

AÇU, Uayana – 70
AIMÊ JEAN (ex-padre) – 32
ALOYS PFEIL (padre) – 26
ANDERSSENS, Justus (filatelista) – 96
ANTUNES, José A. – 48, 59
ANTUNES, M. F. – 60
ARIAS de Rodríguez, Luiz Galvez – 89
AUBRY – 43

B

BATISTA, Manuel Agostinho (conselheiro) – 70
BEAUDOIN, René J. (ilustrador) – 53, 100
BELFORT, Félix Joaquim (conselheiro) – 70
BENÍTEZ, Trajano Supriano (capitão) – 31, 33, 40, 66
BOISSET, Louis (jornalista) – 32, 39
BRÉZET, Adolphe (presidente do Cunani) – 43, 44, 45, 47, 48, 54, 66, 69, 70, 71, 87, 90, 95
BRÉZET, Aldo (irmão de Adolph Brezet presidente do Cunani) – 32, 57, 60, 61
BROTHIER, Charles – 103
BROWNE, (empresário inglês) – 40
BROUSSEAU, Georges (escritor) – 26, 65
BURNUP, James Morrisson (financista) – 40

C

CABRAL, Francisco Xavier da Veiga – 66, 67, 84
CABRALZINHO – Ver CABRAL, Francisco Xavier da Veiga
CASERO – 88
CHAPIER (filatelista) – 47, 48, 89, 58
CHAPMAN – 89
CHARVEIN – 66
CHATON, Prosper (diplomata) – 32
CHIJS, Van Der – 91
COELHO, Desidério Antônio – 66
COSTA, Antônio Napoleão da (ministro) – 69
COUDREAU, Henri (escritor) – 31, 111
CZYL, Jim (coleccionador) – 59

D

DAGRE, Georges – 105
DE FLAUBERT (Mme) – 79

F

FARIAS, Amaro Brasilino de (conselheiro) – 70
FORTES, Antônio José – 82
FRANCONIE (deputado francês) – 30
FRANKEN, Albert – 66
FULIGNI, Bruno (escritor) – 32, 48

G

GRASSET, Jacques (filatelista) – 97, 103, 104, 107
GRATHWOHL (empresário inglês) – 40
GREY, Edward – 89, 90

GROS, Jules (presidente do Cunani) – 29, 32, 33, 34, 37, 39, 40, 41, 43

GROS JR. – 95

GUIGUES, Jean Ferréol – 29, 30, 31, 32, 34, 37, 39, 40

H

HAUSER, Walter (presidente da Federação Suíça) – 68

HERRERA, Sorrión de – 87, 89

HURLEY, José (coleccionador filatelista) – 60

HUTTEN, Philip Von (aventureiro) – 25

J

JAMES – 28

K

KING, Whitfield – 95

KOSSACK, Philippe – 96

KRÖTGSCH, Hugo (jornalista) – 96

L

LOUBET, Emile-François (ministro) – 54

LUNIER (capitão) – 66

M

MARCED, Nunato de – 31

MARINHO, José Joaquim (escritor) – 53, 54, 61

MC DONALD, Alexandre (empresário) – 40, 41

MEIRA, Sílvio (escritor) – 65

MELVILLE, Frederick (escritor) – 45, 77

MOENS, J. B. (filatelista) – 32, 37, 48, 54, 57, 61

MONDÉRAND, E. Ch. de Doubet de (conselheiro) – 44

MOORHOUSE, Brian – 105

MURAT (general) – 39

N

NAERUM, A. (impressor) – 36, 49, 94, 96

NANKIVELL, Edward J. (jornalista) – 90, 91, 92

O

ORELLANA, Francisco de (navegador) – 25

P

PEDRO II, Dom (imperador) – 34

PENNAFORT, Hélio (jornalista) – 98

PEREIRA, João Lopes (ministro) – 69

PFEIL, Aloys – 26

PINHEIRO, Paulino Araújo (major) – 80

PINZON, Vincent Yánez (navegador) – 26

PONGE, Helmet – 104

PROTÁGORAS (pseud.) – 47

Q

QUARTIER, Paul (garimpeiro) – 29, 30, 31, 32, 37, 40

R

RALEIGH, Walter (explorador) – 26

REYMOND, G. (professor) – 48

RIBEIRO, Firmino (garimpeiro) – 65

RIBEIRO, Germano (garimpeiro) – 65

ROOIKE, Harry F. (filatelista) – 52, 74, 80, 94

ROUGIER, Ch – 99

S

SACK, Carl – 61

SANNES, Stian (filatelista) – 96
SANSÁ, Félix Antônio (ministro) – 69
SANTOS, Daniel Ferreira dos (con-
selho) – 70
SILVA, Cursino (filatelista colecionador)
– 59
SILVA, Fernando Aug. da – 59
STIRLING, David (coleccionador) – 63

T

TEMBA, Clément (garimpeiro) – 65
TERRAGNE, Marc da Villers du (barão)
– 33, 43
TITCHENER, H. G. – 94
TOCANTINS, Manuel Antônio Gon-
çalves – 66

TRAJANO (capitão) – Ver BENÍTEZ,
Trajano Supriano

V

VACCAREZZA, Fábio (filatelista) – 96
VASCONCELOS (capitão) – 43
VEIGA CABRAL – Ver CABRAL, Fran-
cisco Xavier da Veiga
VOISSIEN, Eugênio (diplomata) – 66

W

WÜRDEN, Henri Charter (moedeiro)
– 37
WILLIANS – 29
WITTIG, Karlheinz (filatelista) – 99,
104

República da Guiana Independente (Cunani), de Wolfgang Baldus, foi composto em Garamond, corpo 12/14, e impresso em papel polen soft 80 g/m², nas oficinas da Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal – SEGRAF, em Brasília. Acabou-se de imprimir em julho de 2019, de acordo com o programa editorial e projeto gráfico do Conselho Editorial do Senado Federal.

Viagens pelo Amazonas e rio Negro, de Alfred Russel Wallace, viajante e naturalista inglês, nasceu em 1823. No dia 1º de julho de 1858, Wallace apresentou, na Sociedade Lineana de Londres, suas ideias sobre a seleção natural das espécies. Na tarde do mesmo dia, na mesma Sociedade, Darwin leu o manuscrito *A origem das espécies pela seleção natural*. Ambos os trabalhos foram aceitos, pois constituíam pesquisas desenvolvidas simultaneamente, sem contato entre seus autores. Esta obra é o resultado de quatro anos de experiência na bacia do Amazonas, viagem realizada às expensas do naturalista inglês, em que relata suas excursões e impressões. A primeira e a última parte do livro foram extraídas de seu diário de viagem, posto que parte do material que recolheu extraviou-se.

Suas observações não se limitam à geografia dos trópicos, à flora e à fauna da região amazônica; alcançam também os costumes e a vida social de índios e portugueses que habitavam a Amazônia.

Na planície amazônica. Livro escrito há mais de 70 anos por Raimundo Morais, um comandante de “gaiolas” que, durante 30 anos, percorreu os rios do maior sistema hidrográfico do mundo. É uma descrição viva da paisagem física e humana de uma das regiões que mais tem atraído a atenção nos últimos tempos.

Esta república independente, mais do que os símbolos que estão espelhados nesta produção literária, mais do que os selos da coletânea filatelista dessa obra riquíssima, é a evidência incontestável da riqueza histórica dessa verdadeira Odisseia Amapaense, que moldou as bases da multiculturalidade de nosso povo e de nosso estado, sonogada de nossa memória histórica.

Essa história é forjada pelo sangue de bravíssimos homens, mulheres e crianças, sejam franceses ou brasileiros. Ela é forjada pelo ímpeto aventureiro de garimpeiros, de exploradores, de gente lutadora que desbravou os confins do país com um sonho incansável de construir uma notável nação, um futuro melhor. Este livro restitui ao povo amapaense parte de sua valorosa história, que remonta sagas e disputas internacionais que antecedem em muito a própria criação do ex-Território Federal do Amapá, em 1943.

Senador Randolfe Rodrigues



Encontre este livro gratuitamente em formato digital acessando: livraria.senado.leg.br

